

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

SIMONEIDE CORREIA ARAUJO DE JESUS

**MELLO MORAES E O MODELO DE ESCRITA CIENTÍFICA HISTORIOGRÁFICA
NO BRASIL-IMPÉRIO**

MACEIÓ
2016

SIMONEIDE CORREIA ARAUJO DE JESUS

MELLO MORAES E O MODELO DE HISTORIOGRAFIA NO BRASIL-IMPÉRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Arrisete Cleide de Lemos Costa

MACEIÓ
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

J58m Jesus, Simoneide Correia Araújo de.
Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil - Império / Simoneide Correia Araújo de Jesus. – 2016.
86 f.: il.

Orientadora: Arrisete Cleide de Lemos Costa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 62-72.
Anexos: f. 73-85.

1. Moraes, Alexandre José de Mello, 1816-1883. 2. Intelectuais – Brasil.
3. Brasil – História – Império, 1822-1889. 4. Historiografia. I. Título.

CDU: 981(091)''19''

Folha de Aprovação

Simoneide Correia Araújo de Jesus

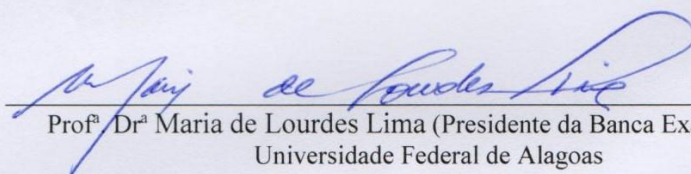
Alexandre José de Mello Moraes e o Modelo de Historiografia no Brasil Império

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de Agosto de 2016.

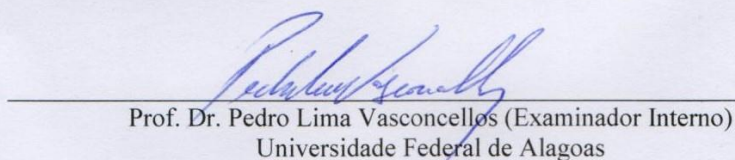


Prof.^a Dr.^a Arrisete Cleide de Lemos Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

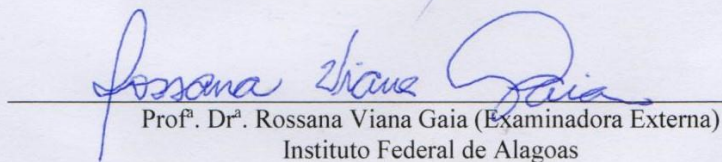
Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Lima (Presidente da Banca Examinadora)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof.^a Dr.^a Rossana Viana Gaia (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Alagoas

Ao meu filho, Arthu Araujo.
Aos meus pais, Aloisio e Maridalva. A minha sobrinha
Wana Alice. A minha irmã, Morgana Barros e cunhado
Sérgio Barros.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me encorajar em todos os momentos de silêncio e produção, por ter sido a força maior que me sustentou até o final. À mãe Maria Santíssima minha intercessora, que está sempre ao meu auxílio.

Ao meu filho Arthur, por sempre entender, apoiar e ajudar em minhas escolhas acadêmicas.

Aos meus pais, Aloisio e Maridalva, por todo zelo e incentivo. A minha irmã, Morgana, meu cunhado Sérgio, e a minha sobrinha, Wana, pelo estímulo, cuidado e companheirismo. A todos vocês meu maior obrigada, sem um de vocês não conseguiria concluir essa etapa, louvo a Deus pela vida de todos. Gratidão.

A Comunidade Doce Mãe de Deus lugar onde encontrei o norte espiritual, Deus, nos momentos de deserto e alegrias, vivenciados nesses dois anos de Mestrado.

À professora Arrisete Cleide de Lemos Costa pelas orientações sobre a temática historiográfica. Pelos momentos de conversa e muito conhecimento (aulas particulares), sua forma particular de ser historiadora me fez amar ainda mais a história. Grata pela confiança e ética.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

A FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, pela bolsa de pesquisa concedida.

Aos grupos de pesquisa: Documento, Imagens e Narrativas e História da Educação, Cultura e Literatura, pelas contribuições para minha formação intelectual e cultural.

À Graça de Loiola Madeira por todo incentivo no meu início no universo da pesquisa. Toda minha formação acadêmica foi consolidada durante os estudos, debates, desenvolvidos no grupo de pesquisa, como aluna PIBIC. Sua forma de equilibrar o ser profissional e o ser humano me fez escolher fazer pesquisa em história e amá-la.

À Izabela Cristina minha amiga desde o processo de seleção até a finalização do Mestrado. Companheira, dividimos dúvidas, medos e conquistas. Obrigada por cada palavra que impulsionou a continuar e chegar ao final.

Aos Amigos da turma Historia Cultural 2014.1 – Adriana Lima, Ana Beatriz de Melo, Carine Pinto, Izabela Cristina, Jeferson Vidal, José Luiz Xavier, Josian Paulino, Marta Amorim e Simone Lopes – na diversidade cada um todos se fizeram importante ao longo desses dois anos, guardo cada um no coração e o laço consolidado até aqui nos fará sempre torcer e acreditar no outro.

Aos Amigos do Centro de Produção Pedagógica (CPP Espaço Educar) – Guilmer Brito, Julyane Lima, Bruna Albuquerque, Luisa Gama, Thaissa Nobre, Emanuel Calado, Francielly Maria, Débora Emilly, Marcio França, Giselle Viana, Beatriz Montenegro, Emerson Freitas – pelo respeito, consideração, incentivo, convívio, conversas, trocas de experiências

profissionais e pessoais. De forma particular, cada um contribuiu e acreditou que eu conseguiria findar esse árduo período de Mestrado. Grata por tudo.

A Turma do Emanuel 2016 – Ingridy, Gabi, Débora, Tetê, Sara, Mel, Hayner, Michael, Ligia, Kátia, Aninha, Maria, Jailton, Alan, Klivia, Roberta, Lavínia, Lécia, Vânia, Denise, Cintia – e formadores – Fernando Henrique e Patrícia da Silva – por todo zelo, apoio e carinho. Por cada olhar, por cada palavra que me levou a acreditar em Deus e na sua providência, não conseguira sem Ele e sem vocês meus irmãos, somos um.

A todos os amigos que de alguma forma contribuíram com uma palavra, com um apenas ouvir, com um olhar, com um sorriso, com um estou aqui, tê-los foi fundante para findar esse período de Mestrado. Quero registrar meu obrigado especial, segue a lista: Claudia Simone, Jouse Ferreira, Tereza Isabel, Adrielly Cruz, Viviane Regina Costa, Rodrigo Rodrigues, Henrique Fidelis, João Victor Eloi, Marina Brandão, Elaine Holanda, Michelle Augusta, Marcela Fernandes que Deus guarde a vida de cada um.

RESUMO

A dissertação apresenta a trajetória do alagoano Alexandre José de Mello Moraes (1816-1883), desenvolvendo o debate sobre as práticas historiográficas do intelectual e tendo suas obras como fontes. No século XIX a ciência histórica ganhou prestígio e atingiu seu ápice. A interpretação do passado foi um processo que ainda se encontrava em curso, mas fluía com segurança cognitiva e fragilidades de possivelmente, sofrer interferências e correções. Os aspectos da escrita historiográfica, nesse período, foram marcados por um momento de reflexão dos historiadores acerca de seu ofício e pressupostos de pesquisa. A escrita da história, uma das formas possíveis de elaboração da experiência do tempo, vinculada às práticas sociais de reconstrução do passado e de sua memorização, também se inscreve em uma “cultura histórica”, expressão que denota o desenvolvimento dessa pesquisa. Considerando que a investigação tomou como base referencial a prática de Mello Moraes, como historiador e documentarista, paradigma possível para compreendermos auxiliou a compreender a forma de narrar à História do Brasil. Indica-se neste estudo com proposta de trabalho identificar o perfil historiográfico de Mello Moraes expresso em suas produções e na obra *O Brasil Social e Histórico* (1872), desdobrando a discussão sobre marcas do historicismo do período.

Palavras-chave: Historiografia. Historiador. Mello Moraes. História do Brasil. Intelectual.

RESUME

La tesis presenta el camino de Alexandre José de Mello Moraes (1816-1883), el desarrollo del debate sobre las prácticas historiográficas de intelectual y que tiene sus obras, como nuestras fuentes. En el la ciencia histórica el siglo XIX ganó prestigio y alcanzó su ápice. En la ciencia histórica del siglo XIX ganó prestigio y alcanzó su ápice. La interpretación del pasado fue un proceso que aún estaba en curso, pero fluía con seguridad y debilidades de eventualmente sufrir interferencias y correcciones cognitiva. Aspectos de la escritura historiográfica en este período están marcadas por un momento reflexión historiadores acerca de sus supuestos de artesanía e investigación. La escritura de la historia, una de las posibles formas de desarrollo de la experiencia del tiempo, la relacionada con prácticas sociales de la reconstrucción pasado y memorización también registrarse para obtener una "cultura histórica". Expresión que denota la dimensión sistémica de la producción de dispositivos colectiva de sentido del pasado, que se manifiestan en diferentes campos de la vida social (Oliveira, 2012). Considerando su práctica como un historiador y documentalista de Mello Moraes, nos ayudó a comprender cómo se narra la historia de Brasil. Traemos a la propuesta del trabajo identificar el perfil historiográfico Mello Moraes expresa en sus producciones y el trabajo Brasil Social e Historia (1872), la discusión despliegue del historicismo marca el período.

Palabras clave: Historiografía. Historiador. Mello Moraes. Historia do Brasil. Intelectual.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O HISTORIADOR MELLO MORAES: Trajetória e produção histórica..	18
3	O MODELO HISTORIOGRÁFICO NO SÉCULO XIX.....	26
	3.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	31
	3.2 A concepção de fonte histórica.....	38
4	UMA INTERPRETAÇÃO DO <i>BRASIL SOCIAL E POLÍTICO</i>, 1872, DE MELLO MORAES.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: Uma nova concepção de fontes históricas	60
6	REFERÊNCIAS.....	68
7	ANEXO.....	73

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação desenvolveu como tema o estudo historiográfico, direcionando a atenção para o modelo de investigação histórica do século XIX, tendo como referência o historiador Alexandre José de Mello Moraes (1816-1883). Destaca-se, em particular, sua ênfase na concepção de fonte e no conceito de verdade comparando às práticas dos pesquisadores deste campo do século XX.

O trabalho intitulado *Mello Moraes e o modelo de historiografia no Brasil- Império* descreve as características da escrita histórica de Mello Moraes. A marca de historiador e de documentarista que fundamenta o modelo historiográfico seguido pelo intelectual Mello Moraes transita por essas duas dimensões, pois era uma exigência para o historiador no século XIX. Desenvolve-se ainda o modelo seguido por sua escrita da história, particularmente a escrita da história em sua obra *O Brasil Social e Político*, título que utilizo como fonte para análise e reflexão.

Ao ler uma nota no Relatório de Instrução da Província de Alagoas (1866), durante pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, despertou-me a curiosidade de conhecer a história desse intelectual, e posteriormente estudá-lo. Assim ocorreu a escolha por Mello Moraes, um alagoano que passou a residir, desde 1853, no Rio de Janeiro. O historiador Thomaz Espíndola (1866) informa que mesmo longe de sua terra natal, Mello Moraes contribuiu com doações de livro para compor o acervo da Biblioteca do Liceu de Maceió, que também se constituiu em Gabinete de Leitura, atual Biblioteca Pública do Estado de Alagoas.

O historiador Moacir Medeiros Sant'Ana (1966), no livro *O Historiador Mello Moraes*, afirmou que o intelectual alagoano publicou sobre temas que transitam entre a medicina e a história, inaugurando as discussões homeopáticas no Brasil com escritos no periódico *Médico do Povo* (1850); na agricultura, quando escreve no jornal *O Agricultor Baiano* (1866), na biografia com um título sobre *Barão de Cairu* (1863), além de desenvolver obras sobre a história do Brasil.

Sant'Ana (1965), apresenta Mello Moraes como corresponsável pela fundação, em 1865, da Biblioteca Pública do Estado de Alagoas. Junto dos intelectuais José Correia da Silva Titara (data indefinida-1873), Diretor de Instrução Pública de Alagoas e Tomaz do Bomfim Espíndola (1830-1889), então deputado provincial, eles conduziram o projeto de criação para institucionalizar o Gabinete de Leitura em Biblioteca Pública. Sant'Ana (1965)

destaca que Mello Moraes realizou doações para compor acervo da biblioteca durante os anos de 1865, 1866 e 1868 totalizando 5.000 volumes.

Com a leitura mais detalhada da produção intelectual de Mello Moraes, as possibilidades de estudo se ampliaram, uma vez que publicava em várias áreas. Não era uma figura exclusivamente da história; projetou-se também como professor, como médico, político, jornalista e escritor, ressalta o estudioso contemporâneo Pedro Afonso Cristovão dos Santos (2012).

Segundo Rodrigues (2008, p. 152) a qualidade das obras do intelectual alagoano era considerada inferior se comparadas às obras de historiadores tais como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), João Francisco Lisboa (1812-1863) e Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), autores de destaque e prestígio entre os historiadores do século XIX. Não foi o caso de Mello Moraes, um médico colecionador de documentos que se projetavam mais no campo da história do que em qualquer outra área e se propunha a escrever historiografia do Brasil. Nesse sentido, perceber e entender as particularidades da prática do historiador foi central para entender o modelo de historiografia que será realizado por Mello Moraes.

Mello Moraes foi um estudioso que escreveu para História, muito embora não tenha sido reconhecido como historiador. Inclusive, esta foi uma das dificuldades em levantar fontes e escritos sobre o intelectual, considerando que foram poucos os pesquisadores que se debruçaram a estudá-lo. Dentre aqueles que investigaram a trajetória e produção intelectual de Mello Moraes, destacam-se Moacir Medeiros Sant'Ana (1966) que desenvolveu uma obra dedicada ao profissional com o título *O Historiador Mello Moraes*, além do contemporâneo pesquisador Pedro Afonso Cristovão dos Santos (2012) que se dedica a pesquisá-lo e escreveu os artigos *Coleção, compilação e erudição na cronografia histórica de Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882)* e *Compilação e plágio: Abreu e Lima e Mello Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sobre Mello Moraes, ambas edições de 2012.

Com o intuito de complementar as informações e ampliar a pesquisa, optamos por utilizar também fontes jornalísticas, com o propósito de compreender a posição social e política de Mello Moraes. Observa-se que o intelectual atuou como parlamentar, característica fortemente identificada em notas de jornais como *Diário de Pernambuco* (1825), *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* (1848) e o *Diário do Rio de Janeiro* (1821).

A pesquisa sobre Mello Moraes é relevante devido à contribuição histórica do intelectual para o conhecimento de questões relativas ao Brasil-Império revelada em suas

várias publicações. O historiador desenvolve sua escrita, pautado na fidedignidade estrita aos documentos, descrevendo os fatos de forma cronológica e narrando detalhadamente os acontecimentos.

O presente trabalho tem como fundamentação teórica e metodológica a discussão sobre historiografia – a própria escrita e descrição da história. As definições de historiografia tendem a entendê-la como produto resultante da prática dos historiadores em geral. Para o desdobramento teórico elegemos como fundamentais Costa (2014), Guimarães (2007), Bloch (2001), Barros (2014) e Burke (2008).

Marc Bloch e Lucien Febvre são os fundadores da Escola dos *Annales*, criada com a intenção de se contrapor à visão positivista da história que se pautava na narração de acontecimentos “tal qual” os documentos que impunham a verdade dogmática. Ambos propuseram substituir essa visão positivista pelos processos de longa duração, fazendo a chamada “História Problema”, ou seja, uma historiografia analítica e crítica, não sendo mais uma crônica de certezas. Bloch (2001) investiga o ofício do historiador que pensa a história no seu tempo, o compromisso com a verdade no sentido de preservar o questionamento sobre as fontes que utiliza, e assim, mantém um diálogo que também implica dúvida.

Guimarães (2007) e Barros (2014) desenvolvem estudos no campo da teoria da história e revelam como ocorreu a consolidação da historiografia no Brasil. Pois, a historiografia no Oitocentos se deu em um período de tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado.

Costa (2014) ao desenvolver uma leitura ampla na área fronteira da historiografia e da teoria da história, contempla, especificamente, o fazer historiográfico da obra inovadora de Carlos Ginzburg – *O queijo e os vermes*. Para realizar esse projeto, o autor utiliza o modelo hermenêutico de Paul Ricoeur e indica o passo a passo de uma pesquisa histórica simultâneo à escrita histórica.

O conceito de historiografia enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social — portanto, produto da experiência histórica da humanidade —, se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica. Enquanto legítimo campo de investigação está vinculada a uma história das ideias e dos conceitos, a uma história conceitual. Koselleck mostrando como os conceitos não são castelos no ar, inscreveu a história da historiografia no campo da história sociocultural. Peter Burke (2008) em seu livro *O que é História Cultural* desenvolve a história da história cultural e demonstra que a partir da nova história cultural (1970) verificou-se uma aproximação do historiador com os antropólogos. Esse foi um

momento crucial para os historiadores, pois conseguiram ter uma visão plural da história e ousaram assumir as formas narrativas.

O termo historiografia é usado por Michel de Certeau (1982) para designar a operação mesma em que consiste o conhecimento histórico depositado na obra:

A escolha do vocabulário tem uma vantagem maior que não surge quando se reserva essa denominação à fase escritural da operação, como sugere a própria composição da palavra: historiografia, ou escritura da história. A fim de preservar a amplitude do emprego do termo historiografia, eu não chamo de escritura da história à terceira fase, mas fase literária ou escritural, já que se trata de um modo de exposição, de demonstração, da exibição da intenção historiadora inscrita na unidade de suas fases, a saber a representação presente das coisas ausentes do passado. A escritura, com efeito, é o solo da linguagem que o conhecimento histórico nos franqueia, em seu enlaçamento da memória para vivenciar a tripla aventura do arquivamento, da explicação e da representação. (1982, p.15)

Nesse sentido, para desenvolver o estudo, nos apoiamos na Operação Historiográfica de Certeau (1982), a qual divide-se em três fases: o lugar social, as práticas científicas e a escrita.

Para Certeau (1982), o papel do historiador é realizar a leitura do passado, pautada, em alguns momentos controlados, pelos documentos, mas essa releitura é sempre conduzida através da leitura do presente. O historiador traduz uma época, a partir do confronto entre fontes, teoria e historiador, categoria que desdobram uma interpretação da história.

Certeau (1982) indica que a escrita da história se operacionaliza por meio de uma linguagem própria e dos processos científicos, resultantes da época em que o historiador escreve. A ideologia defendida pelo autor substitui o fazer historiográfico ao dado histórico, “ela transforma a pesquisa de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise das opções ou das organizações de sentido implicadas por operações interpretativas”. (Idem, p. 41). O olhar do historiador não é o bastante para tornar a interpretação histórica válida, pensa-se em um passado e se torna um objeto que fala, que responde e desenvolve uma história que abre um leque de interpretações, porque a fonte é um filtro pelo qual cada historiador interpretará o passado.

Desse modo, Certeau (1982) enfatiza que as formas de compreensão da historiografia revelam duas posições: a relação entre o ‘sentido’ que se tornou um objeto e o ‘sentido’ que hoje permite compreendê-lo. Essa concepção remete ao procedimento historiográfico que se mostra compreensível, quando há os vestígios investigativos, e possível de serem estudados, quando permite ser interpretado, pois não se limita a uma única ‘versão’. Trata-se assim de uma escrita singular, mas que aborde mesmo tema que admite de diferentes interpretações.

O fazer histórico ou contar a história a partir das fontes, deve ser feito, interpretando e ouvindo o que elas têm a nos dizer. A abordagem precisa considerar o historiador enquanto um grupo que fala, a partir de um lugar profissional, nasceu em um determinado contexto e pertence a um grupo, produzindo assim unidade de sentidos particulares em sua escrita e os protocolos que o qualificam como tal. Características que serão observadas durante o estudo da produção de Mello Moraes.

Certeau (1982) ressalta a necessidade do historiador em delimitar o tempo, o objeto e o lugar de sua temática em análise. A prática de ‘fazer história’ precisa estar relacionada com práticas sociais, individuais e políticas. O fazer do historiador é definido pelo lugar do seu universo profissional e o contexto por ele vivido. Essas características precisam ser percebidas nos escritos de Mello Moraes, assim:

A organização de cada historiografia em função de óticas particulares e diversas se refere a atos históricos, fundadores de sentidos e instauradores de ciências. Sob esse aspecto, quando a história leva em consideração o “fazer” (“fazer história”), encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que “faz história”. Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o poder ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo de compreensão científica (CERTEAU, 1982, p. 19-20).

Para compreender a escrita da história de Mello Moraes conforme orientação de Certeau é necessário compreender que o fazer história interliga-se com as demais instâncias sociais (política, econômica, religiosa), pois todas elas auxiliam o historiador a entender a rede de informações que constituiu o evento.

No século XIX o campo da historiografia é intensificado com o conceito de historicismo e positivismo, onde o fato está estritamente conectado com o que revela o documento. Para o positivismo, o fato está no documento. Sendo cobrada uma fidelidade imperativa ao mesmo. Essa discussão conduziu a presente pesquisa, pois Mello Moraes transita nessa dicotomia – historiador e/ou documentarista.

A disposição da dissertação foi pensada em cinco seções, considerando introdução, as etapas subsequentes do texto se apresentam da seguinte forma: O intelectual Mello Moraes: trajetória e produção histórica; O modelo historiográfico no século XIX; Uma interpretação de *O Brasil Social e Político*, 1872, de Mello Moraes e, por último, as Considerações Finais: Uma nova concepção de fontes históricas.

Na seção “O intelectual Mello Moraes: trajetória e produção histórica” primeiro foi desenvolvida uma análise da trajetória intelectual de Alexandre José de Mello Moraes. Trata-se de um historiador, parlamentar, político que contribuiu com as práticas historiográficas,

com a construção da identidade do Brasil, através de suas pesquisas fidedigna às fontes documentais. O estudo expôs seu lugar social e político no país, considerando sua relação com o imperador e seu pertencimento ideológico ao partido moderador, condição que o favorecia no acesso aos acervos, a documentação importante para compor suas obras e sua coleção particular de fontes históricas. A escrita de Mello Moraes lhe deu o título de um dos intelectuais mais expressivos do cenário nacional do Brasil Império, discussão que remetemos à sua posição de historiador.

Na seção “O modelo historiográfico no século XIX”, indica-se o conceito de historiografia, além de dispor uma discussão sobre a Escola Metódica e sobre as correntes de pensamento como o historicismo e o positivismo, que influenciaram os temas do debate historiográfico do século XIX, período no qual a escrita histórica se pautava sua veracidade absoluta das fontes. Destaca-se também a consolidação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para exemplificar o modelo de escrita histórica no Brasil nos moldes europeus. Registra-se ainda a concepção de fontes que o século XIX estabeleceu e como Mello Moraes se relacionava com os documentos históricos.

Na quarta seção foram desenvolvidos comentários interpretativos em torno da obra *O Brasil Social e Político* (1872), que foi a fonte base do presente estudo meu texto. A obra trata da temática da história geral do Brasil, traz discussões sobre a realidade cotidiana e detalhada do cenário brasileiro, transita sobre temática como favorecimento político, visão eleitoral, os impasses do processo da independência, riquezas no Brasil, má administração, entre outros. Observa-se que o estudo direciona a discussão para âmbito social e político. Acontece o trabalho com objeto – fonte – é nesse momento que Mello Moraes se revelou como historiador, pois verifica-se que o intelectual dispõe de uma erudição e um cientificismo, que condiz com a exigência para se escrever história do século XIX. A dicotomia sobre a figura de Mello Moraes como documentarista e/ou historiador foi compreendida durante o estudo da fonte.

O desafio da dissertação foi desde as fontes, visto que, trabalhei com a obra da primeira edição publicada em 1872 até os poucos autores que estudaram a vida e obra do intelectual Mello Moraes. Neste estudo, foram poucas referências, já que poucos falaram sobre ele. Desse modo, foi necessário buscar outras fontes, assim às fontes jornalísticas foram relevantes, para indicar o que falaram sobre Mello Moraes durante sua vida e como se consolidou sua trajetória de político, médico e historiador.

A dissertação traz para sociedade alagoana a história de um intelectual alagoano que contribuiu de forma enfática para a escrita histórica do país. Mello Moraes ao longo de suas

produções históricas se manteve um fiel e aguerrido defensor das fontes e dialogou com grandes nomes da história brasileira, como o Francisco Adolfo de Varnhagen. Desse modo, indica-se aqui que Mello Moraes teve um papel de destaque entre os historiadores brasileiros do século XIX, e com esse trabalho espero tirá-lo do esquecimento e do silêncio para que ocupe um lugar nos estudos da historiografia alagoana.

2 O INTELLECTUAL MELLO MORAES: trajetória e produção histórica

Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882) começou sua vida em Alagoas, nasceu na cidade de Maceió em 23 de julho de 1816, foi filho de oficial militar (capitão-mor) Alexandre José de Mello e da dona de casa Anna Barbosa de Araújo Moraes, morreu no Rio de Janeiro em 05 de setembro de 1882. Dessa forma não pertenceu a uma família nobre e tornou-se órfão ainda na infância. Passou a ser criado por dois tios frades, um carmelita e outro franciscano, os quais cuidaram pouco de sua educação. Sua condição social o levou a mudar-se para Salvador em 1827, cidade na qual se formou em Medicina, custeado com aulas em dois colégios e com o que ganhava investiu na Faculdade de Medicina, doutorando-se em 1840. Permaneceu clinicando em Salvador até 1847. Nesse período iniciou seus escritos sobre homeopatia (BLAKE, 1883; SANT'ANA, 1966).

Com a mudança para o Rio de Janeiro projetou-se como um dos intelectuais mais expressivos do cenário nacional do Brasil-Império, porém até 1854 dedicou-se, exclusivamente à medicina. Mello Moraes estudou e escreveu sobre a homeopatia, botânica, febre amarela e a patologia da loucura – teoria da psicologia. Sua carreira na medicina teve êxito e lhe garantiu uma vida financeiramente estável. Por exemplo, a divulgação da *Medicina Homeopática* através de guias práticos e roteiros esclarecedores sobre os benefícios dessa prática, o tornou o médico mais conhecido e de maior clientela do Rio de Janeiro (SANT'ANA, 1966).

Mello Moraes teve uma trajetória intelectual entrelaçada com sua profissão de médico, além de ter sido professor e ocupar cargo político, como outros intelectuais de sua época, a exemplo de Julio Cezar Leal (1873), Diégues Junior (1876), Thomaz de Bomfim Espíndola (1866), Antonio Martins de Miranda (1875), inclusive atuantes em Alagoas.

Sant'Ana (1965) observa que Mello Moraes, mesmo vivendo no Rio de Janeiro, desenvolvendo sua projeção profissional e seus estudos, comportava-se como um alagoano que nunca esqueceu suas origens. Em todas as suas obras, após seu nome, destacava sempre “Natural da cidade das Alagoas”, ressaltando seu lugar de origem.

Mesmo à distância, Mello Moraes junto a José Correia da Silva Titara, Diretor de Instrução Pública de Alagoas e Thomaz do Bomfim Espíndola (1830-1889), o então deputado provincial, colaborou com a fundação da Biblioteca Pública de Alagoas. Mello Moraes disponibilizou o acervo; Silva Titara articulou o lugar que a biblioteca inicialmente se

localizaria no prédio do Liceu Alagoano e Espíndola desenvolve, junto aos parlamentares, o projeto de fundação da institucionalização do então Gabinete de Leitura, para Biblioteca Pública Estadual de Alagoas. Mello Moraes, por iniciativa pessoal, realizou uma generosa doação de livros para institucionalização desse espaço, que contribuiu para o crescimento cultural e educacional da província na época (SANT'ANA, 1965 e 1966).

Em sinal de agradecimento Thomaz de Bomfim Espíndola, na condição de Inspetor Geral de Estudo da Província de Alagoas, em 1866, se refere a Mello Moraes, como um grande colaborador e doador de diversas obras, que passou a compor e enriquecer o acervo intelectual do Gabinete de Leitura em formação, desde 1859:

Estas obras acabam de ser offerecidas á provincia pelo nosso comprovinciano Dr. Alexandre José de Mello Moraes, que se tem tornado incansavel em enriquecer esta bibliotheca: a elle somente a elle devemos hoje o possuir esta fonte de luzes – remedios d'alma – phase egipsiaca: e para testar os nossos vindouros tamanho beneficio hei resolvido que o retrato de tão distincto alagoano, obreiro do progresso, seja pendurado em lugar elevado e bem visivel em uma das paredes da salla onde ella funciona. (ESPÍNDOLA, 1866, p. 19).

A iniciativa de Mello Moraes em doar livros rendeu ao intelectual destaque em jornais da época. O *Diario das Alagoas* (1858), de 13 de janeiro de 1860, emite uma matéria que ressalta a quantidade de obras que Mello Moraes disponibilizou para a composição do acervo do Gabinete de Leitura do Liceu.

Achava-se presente o diretor da instrução publica que é também o presidente do conselho do mesmo Gabinete e o criador daquelle estabelecimento, servindo-se para isso de mais de mil volumes que haviam sido dados á provincia para o núcleo de uma bibliotheca pelo Dr. A. J. de Mello Moraes; e foi fundado sob a presidência do Dr. Uchôa, em 27 de setembro de 1857. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1860. p. 2).

Mello Moraes era dono de um extenso acervo de obras raras, manuscritos que passou a constituir uma valiosa biblioteca, prática comum a outros intelectuais na época: colecionar documentos. Sendo assim, o intelectual alagoano ganhou destaque nacional por pautar seus escritos em documentos que, muitas vezes, adquiria, transcrevia e colecionava (SANTOS, 2012).

A partir de sua forma de fazer história, sendo um hábil colecionador de documentos, Mello Moraes contribui com alguns historiadores da época. Disponibilizou seus escritos e até parte de sua coleção para os estudiosos do período, que complementavam suas obras, com fontes que faziam parte do acervo particular. O jornal *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* (1848) cita duas cartas destinada a Mello Moraes, ambas correspondem a

agradecimentos ao intelectual alagoano, por sua contribuição com fontes para compor obras de Cesar Marques¹ (1826-1900) e Von Martius² (1794-1868).

Durante a elaboração do *Almanack Histórico de lembranças brasileiras* (1863), o autor Cesar Marques recebeu contribuição de vários estudiosos das áreas de história e geografia:

No silencio do nosso gabinete costumamos acompanhar o movimento litterario do paiz e bater palmas de contente sempre que vemos uma obra marcada como o sello do genio, com o carinho sagrado da intelligência, o aparecimento do Almanack Historico foi por nós saudado com uma salva de palmas, com os mais sinceros e estrondosos bravos.

Depois do prologo segue-se a lista das pessoas benignamente mandarão escriptos seus para o almanake e entre outras figurão Gonçalves Dias e padre Pompeu e Dr. Mello Moraes.

Dou dous últimos, algumas linhas que apparecem, são extrahidas do compendio de geographia de um, e do ensaio corographico do outro. De Gonçalves Dias uma poesia que lê-se é apocrifa. O autor dos Tymbiras não pôde te-la escripto. (CORREIO MERCANTIL, 1863. p. 2.)

O almanaque obteve destaque no Maranhão, onde foi lançado. O jornal refere-se ao reconhecimento intelectual o Cesar Marques:

O seu livro (*Almanack Histórico de lembranças brasileiras – 1863*) marca uma época [...] O livro de Cesar Marques é um primor de estylo de novidade curiosas; novidades brasileiras, novidades novas em summa (CORREIO MERCANTIL, 1863. p.2.).

O periódico *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* (1848) apresenta a carta de Von Martius, em 14 de setembro de 1863. Von Martius inicia um trabalho ligado a ciências sociais, e Mello Moraes tem alguns escritos sobre botânica. Com a obra *Phitographia ou botânica brasileira, aplicada á medicina, as artes e á indústriã* (1878), sendo possível a troca de conhecimento entre os dois estudiosos, considerando que à época os estudos não se separavam tanto quanto hoje. O autor alemão distribui elogios a Mello Moraes

[...] pois é um sábio, um esclarecido patriota do paiz da minha predilecção, um escritor fecundo e eruditíssimo, rico de conhecimentos muito variados que me falla, que me anima pela sua benévola critica! (Idem, p.2.).

¹ César Augusto Marques foi um médico, professor, escritor, tradutor e historiador brasileiro. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/camarques.html>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

² O alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) recebeu auxílio com fontes e influência da História do Brasil. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/83>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

Nesta corte, conclui a mensagem, pedindo a documentação, considerando a facilidade de Mello Moraes em encontrar fontes.

[...] E como V. S. generosamente se offerece para suprir ás minhas necessidades litterarias, já peço que tenha a bondade de procurar-me os mappas novamente publicados (ou manuscriptos) do Brasil, principalmente o Rio de S. Francisco, de Halfeld, o mappa de Minas (pelo Dr. Emmanuel Liais?) e outros documentos geographicos dos quaes se acha lista no catalogo da Exibição nacional de 1862. Não posso nomea-los, por não ter este livro aqui na campanha. [...] entretanto espero que, se V. S. tomar seus conselhos, elle ha de indicar os caminhos para com maior facilidade obter taes documentos. (CORREIO MERCANTIL, 1863. p. 2.)

Martius foi enfático quando registrou a grande contribuição de Mello Moraes para seus estudos, ao disponibilizar fontes. O autor alemão destacou também o pouco reconhecimento das obras de Mello Moraes, pelo povo brasileiro. O trabalho tem mais valor, do que a apreciação de um livro, considerando o perfil de ensino ofertado a época. Naquele período, a cultura letrada não era valorizada e, desse modo, era pouco acessível aos interessados. Desse modo, Martius destacou no periódico:

Bem entendo que um publico que não aprecia os preciosos livros de V. S., como a – Physiologia das paixões – aonde acho idéas sublimes, não seguirá com o entusiasmo dos povos do Norte os seus autores pensadores, mas devia-se talvez o ganhar pelas vistas mais materialistas do ensino pratico. O trabalho é a fonte de fortidão e de um verdadeiro contentamento. (CORREIO MERCANTIL, 1863. p. 2.)

Durante sua trajetória intelectual, é importante destacar suas produções, considerando que Mello Moraes escreveu em periódicos. Em 1850 publicou na Bahia, como Dr. João Vicente Martins (1808 – 1854)³, o periódico *O Médico do Povo* (1850), que seria reeditado em 1864, no Rio de Janeiro. Além da área da medicina, edita outros periódicos com temas, como política e literatura no jornal *O Guarani* (1853), a *Voz do Cristão na Terra de Santa Cruz* (1864), que tem um cunho religioso e *O Agricultor Baiano* (1866). Em meio à diversidade de temáticas abordadas pelo intelectual Mello Moraes, suas principais obras são os escritos no campo da História (SANT'ANA, 1966).

³ João Vicente Martins (1808 – 1854) médico português, primeiro discípulo de Benoit Mure no Brasil. Foi o introdutor da Homeopatia no Brasil. Por volta de 1840 chegou ao Brasil em companhia do Dr. Bento Mure, ambos médicos humanitários que fizeram da medicina homeopática verdadeiro apostolado. Disponível em: <www.autoresespirasclassicos.com/.../João%20Vicente%20Martin.doc>. Acesso em: 10 mai. 2016.

Com um total de 50 obras, o historiador alagoano elege biografias, memórias e matérias em periódicos da capital da Corte. Listamos (Quadro 1) algumas das quais considero de maior relevância para o estudo (SANT'ANA, 1966).

Quadro 1 – Organização cronológica das obras de Mello Moraes

Obras de Alexandre José de Mello Moraes		
	Ano de publicação	Títulos
1.	1840	Considerações physiologicas sobre o homem e sobre as paixões e affectos em geral
2.	1853	O Educador da Mocidade Brasileira
3.	1853	Ensaio Corográfico do Império do Brasil
4.	1854	Physiologia das Paixões e Afecções
5.	1855	Memórias diárias da guerra do Brasil por espaço de nove anos
6.	1856	Os Portugueses perante o mundo
7.	1856	Elementos de literatura
8.	1858	Corographia histórica
9.	1861	Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó
10.	1861	O Brasil Histórico
11.	1863	Apontamentos Biográficos do Barão de Cairu
12.	1867	À posteridade: o Brasil histórico e a corografia histórica do Império do Brasil
13.	1869	Gramatica analítica da língua portuguesa
14.	1871	História do Brasil-Reino e Brasil-Império
15.	1872	O Brasil Social e Político
16.	1872	História da translação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808
17.	1872	Diccionario de medicina e therapeutica homoeopathica
18.	1872	História dos Jesuítas e suas missões na América do Sul.
19.	1874	A vida e morte do conselheiro Francisco Freire Alemão
20.	1875	Carta política sobre o Brasil ao Senhor Francisco

		Lagomaggiore
21.	1877	A Independência e Império do Brasil
22.	1878	Phitographia ou botânica brasileira, aplicada á medicina, as artes e á indústria
23.	1879	Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil
24.	1880	O tomo das terras dos jesuítas

Fonte: Autoria da Pesquisadora, 2015.

Por conta da formação em medicina Mello Moraes iniciou seus escritos na área médica, psicológica e das ciências naturais. Seu perfil de intelectual do século XIX, o permitiu escrever, também na área da educação, ao apresentar os temas de gramática e literatura. Desenvolveu ainda *O Educador da Mocidade Brasileiro* (1854) livro que trabalhou o tema da moral religiosa foi direcionada para público jovem e veio para auxiliar o país na formação do jovem patriota, que precisava da ordem e o progresso (BLAKE, 1883; SANT'ANA, 1966).

Mello Moraes escreveu as seguintes biografias: *Apontamentos Biográficos do Barão de Cairu* (1863), *A vida e morte do conselheiro Francisco Freire Alemão* (1874) e *Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó* (1861). Os títulos de História do Brasil são em maior número. Destacamos os dois volumes sobre a História da Companhia de Jesus, *História dos Jesuítas e suas missões na América do Sul* (1872) e *O tomo das terras dos jesuítas* (1880), conforme registram Blake (1883) e Sant'Ana (1966).

As principais obras de História do Brasil são: *Corographia histórica* (1858), *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio* (1871); *O Brasil Social e Político* (1872); *História da translação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808* (1872); *A independência e Império do Brasil* (1877) e *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879) trazem noções históricas e políticas desde o descobrimento da América e do Brasil, expõe a história da independência e desenvolve o conhecimento geográfico do país, assim como da história política e civil (BLAKE, 1883; SANT'ANA, 1966).

O historiador Mello Moraes constituiu sua escrita na originalidade e verdade dos documentos. Na obra *Corographia histórica* (1858) o intelectual confirmou seu compromisso com as fontes, questionou os jogos políticos que acabavam por influenciar na veracidade da narrativa histórica, assim ele relata:

Não pertenço a lado algum, no jogo das transacções, a que impropriamente entre nós, chamão política, e nem jamais tenho querido encargos, e nem solicitado títulos e condecorações, para desembaraçado, como simples cidadão, poder ajuizar dos homens, e apreciar os factos, e narrar os acontecimentos, sem considerações humanas; porque a historia de uma nação, deve ser a exposição fiel, e mais que muito escrupulosa dos acontecimentos passados, para instruir a posteridade, e não um romance historico, com o fim de se lisonjear as potestades da terra.

A história escripta por um empregado do governo, ou individuo estipendiado de partidos, póde ocultando as verdades não notar as feições decompostas do poder, ou da facção que representa; porém escripta por um homem independente, escrupuloso e imparcial, que sem attenção ás considerações sociaes, busca a verdade, onde quer que ella se abrigue para mostral-a em relevo, deve ser acreditado, como convém. (MORAES, 1858. p. 4)

A escrita histórica de Mello Moraes apresenta elementos diversos: os apontamentos – como complementos para melhor compreensão do conteúdo, porém poucos são referenciados com nome de autor e indicações de leituras em produções complementares, como atualmente encontramos nos livros. Há referências conceituais em seus trabalhos, mas não lhes acompanham a autoria, nem a fonte, como segue a nota:

(4) A monarquia constitucional representativa é uma instituição do povo português, desde a fundação da sua monarquia nas cortes do Lamego em 1143, como adiante mostrarei. Esta forma de governo foi abraçada pelas nações onde se vê harmonizado o elemento monárquico, aristocrático e democrático. O Brasil, como colônia, nunca teve aristocracia propriamente dita. Depois da sua separação de Portugal abraçou a monarquia constitucional representativa e teve de criar a sua aristocracia (salvas exceções de vários nobres que vieram estabelecer-se no Brasil) entre o servilismo e a traficância! [...] (MORAES, 2004, p. 575).⁴

Mello Moraes costuma levantar questionamentos atuais à época, com o objetivo de indagar junto ao leitor temas que compõe inquietações da população de modo geral, pois foi uma forma encontrada pelo autor de alertar o leitor para observar as respostas e entender o cenário político, histórico e cultural do país. Destaque-se que há questões que permanecem atuais. Vejamos algumas questões levantadas por Mello Moraes:

*O BRASIL será mais tarde uma República?
O Conselheiro Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva foi o Patriarca da independência política do Brasil?
O Brasil em sua Independência teve Patriarcas?
O Brasil já sendo reino unido desde o dia 16 de dezembro de 1815, e com o príncipe herdeiro da Coroa legitimamente no seu governo, por mudar o nome de reino, para o de império, quando se desligou das relações governamentais com Portugal, por isso pode-se o chamar aquele príncipe fundador do Império?*

⁴ MORAES, Alexandre José de Mello. *A Independência e o Império do Brasil*. Fonte Digital: Edições do Senado Federal, vol. 18, Brasília, 2004.

*E a que estado reduziu o Brasil, esse pretendido fundador do Império, quando o governou, e quando abdicou?
Quando começou a corrupção governamental no Brasil, e quem a inaugurou?*
(MORAIS, 2004, p. 11).

Seus livros de história abrangem a discussão sobre termos que constituiu a nação Brasil como: Nacionalidade, Constituição do Estado, Brasil Colônia, Reino e Império, após detalhar cada um desses temas com exemplos de âmbito mundial Moraes chega à Independência do Brasil e toda sua dinâmica de acontecimentos. Importante destacar que o autor procurou dialogar com a história mundial. Para a historiadora Cláudia Wasserman (2007), no século XIX, o elemento mais marcante na historiografia é o da “[...] caracterização dos obstáculos à consolidação das nações latino-americanas e pelas tentativas de solucionar os problemas que se apresentavam à construção das novas nacionalidades.” (p. 266). No pensamento pós-independência sobressaem-se as orientações científicas dominantes na Europa e que “atribuíam aos fatores da natureza – geografia e clima – e aos fatores raciais, como a mestiçagem, todas as causas dos problemas latino-americanos.” (p. 267). O espelho eram os modelos estrangeiros, sejam os tradicionais (ibéricos), sejam os progressistas (norte-americano, francês ou inglês).

Mello Moraes se apresentou, ao longo de sua história, como documentarista e, em alguns momentos como historiador. Afirma-se aqui que as duas funções, documentarista e historiador, para época poderiam ser sinônimos e dialogavam harmonicamente.

3 O MODELO HISTORIOGRÁFICO NO SÉCULO XIX

Segundo Barros (2011), o contexto que se projeta no modelo de historiografia que conhecemos hoje, o mesmo vem se construindo desde a segunda metade do século XVIII, ao qual denomina “Historiografia Pré-moderna”. Por sua vez, a historiografia experimenta as ideias de pesquisa, intenção de verdade, relato, idoneidade do historiador – assegurada pela autonomia na construção do discurso histórico – e o conceito de tempo vem um pouco depois, mas começa a fazer parte desse conjunto de preceitos.

A “Historiografia Pré-moderna” expôs alguns objetivos e funções que corroborou com a consolidação do padrão transitando entre as diversas formas e contextos sociais: evitar o esquecimento, ensinar à vida, glorificar povos e nações e o compromisso da verdade. A ‘verdade’ histórica era perseguida pelos historiadores gregos, romanos, medievais, renascentistas, logo, o conhecimento verdadeiro ocupa lugar central na produção histórica, narrativa vivida para garantir a verdade. O autor ressalta ainda:

[...] Todavia se a “intenção de verdade” era já condição sine qua nom para a História (historiografia), e isto praticamente já em todas as suas variações pré-modernas, aqui a busca de verdade ou o seu registro eram vistos, acima de tudo, como uma atitude moral, como um princípio retórico da própria historiografia (RÜSEN, 1996:79). Conduzida através da firmeza moral do historiador, a verdade histórica delineava-se mais especificamente contra os “preconceitos”, contra as “parcialidades unilaterais”, contra a intromissão de “elementos fictícios”. Ainda não se tratava aqui, contudo, de buscar a verdade definindo-se critérios de objetividade específicos, metodicamente, no enquadramento de uma racionalidade científica que só se tornaria possível a partir da segunda metade do século XVIII para o que concerne às ciências da sociedade. Este novo momento ainda estaria por vir, e será com ele que já poderemos falar nas primeiras filosofias da história, e depois nas “teorias da história” (BARROS, 2011. p. 42).

A partir das últimas décadas do século XVIII surge a “Nova era historiográfica” um novo período, momento no qual foi apresentada uma nova maneira de se elaborar e conceber o processo historiográfico. A História passa a ser escrita por intelectuais que já podem ser classificados como historiadores.

Já no século XIX, a historiografia científica se inicia atrelada à filosofia da história, relação que resulta no aparecimento das ‘teorias da história’, porém no século seguinte, o que há de mais inovador na consolidação da historiografia. Desenvolver um novo olhar para o processo historiográfico. Ocorre um novo trato com o tempo, a problematização, a intenção de verdade.

Em termos mais simplesmente historiográficos, os historiadores começam a se preocupar com duas coisas: “o que buscar na história”, e “que método e procedimento empregar nesta busca”. Estas duas perguntas, a partir da segunda metade do século XVIII, e sobretudo no século XIX, estarão presentes na mente de todos os historiadores ou eruditos que procuram elaborar algum tipo de conhecimento sobre a experiência do passado. As respostas que serão dadas a estas perguntas, contudo, darão origem a correntes diferenciadas do pensamento historiográfico. (BARROS, 2011. p. 53)

Para Barros (2011), a historiografia hoje é necessariamente problematizada, a ‘História Problema’ caracteriza o novo perfil do historiador, não há uma narrativa histórica que esteja pautada em uma pergunta problema, sem vincular-se a um processo investigativo, em busca de responder ao questionamento que rege a escrita.

Abordar os modelos de historiografia é uma proposta ampla, porque cada momento histórico apresenta e delimita os padrões de escrever a história do século XIX, período do historicismo, quando José Carlos Reis desenvolve esse estudo, e Mello Moraes se enquadra nesse perfil. Cada momento histórico apresenta uma exigência na forma de estudar e narrar a História. Desse modo, consideramos que existiram diversas maneiras, padrões de escrever determinado fato histórico, e em alguns momentos nenhum molde houve.

A historiografia que abordamos aqui são os nossos olhos contemporâneos voltados para o Império, perfil da época, alguns contrastes em relação aos padrões historiográficos anteriores. Nesse sentido, indicou-se um paradigma, partiu da junção de vários modelos, e que resulta na criação de um modelo próprio usado pelo intelectual em estudo – Mello Moraes.

O século XIX caracterizou-se com a substituição do Idealismo – conjunto de ideias no qual predominava a consciência histórica anterior – pela “ciência da história” ou “história científica” ou “conhecimento positivo”. A ciência e a história passam a ser o centro do pensamento histórico e a força cultural orientadora.

A nova consciência histórica passou a enfatizar as “diferenças humanas no tempo” e a história científica iniciou um processo de segmentar a diferenciar as dimensões objetivas do tempo, passado e presente, e o futuro sem criar profecias. A história científica inicia uma etapa de ênfase ao evento individual, singular e único.

O historicismo, por sua vez, distinguiu-se como época da cultura histórica, da consciência, diferenciação e dimensões temporais, relativo a uma situação espaço-temporal, no qual o evento não se repete pela singularidade. O historicismo é a rejeição radical das filosofias da história iluminista e hegeliana: rejeição do sistema, da história universal, da Razão que governa o mundo, do progresso. As relações entre história e filosofia se invertem:

é a filosofia que se revela histórica, é ela que se mostra influenciada e subordinada as suas condições históricas.

A história científica quer ser “objetiva”, isto é, quer formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que fizesse as ciências naturais. Segundo Reis (1996), a objetividade não significa imparcialidade, mas universalidade.

Reis (1996), afirma que a história efetiva tinha um curso racional e a narração histórica pretendia ter a racionalidade do processo. A humanidade, sujeito universal, tomava consciência de si através da narração histórica. Procura-se separar o sujeito do conhecimento – o historiador – do seu objeto, visando a “objetividade”. O sujeito se afasta do objeto para vê-lo melhor, assim com ele realmente é.

A história se torna mais empírica e distante de especulações. A consciência histórica historicista nasce da compreensão desta diferença e da renúncia de procurar a fórmula básica da história do mundo. A busca pela objetividade conduz à convicção de que a história não pode ser produzida. A objetividade através do método crítico, não tornava a história crítica, refletida, menos subjetiva, na qual o pesquisador interpretava e explicava o material.

No início do século XIX, na Alemanha, foi onde se desenvolveu a crítica histórica. A Escola Metódica teve como um de seus principais representantes o erudito Leopold von Ranke (1795-1886) que ampliou os pensamentos da história científica e desenvolveu um número vasto de obras. Em seus estudos, Ranke baseou-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história dos Estados; se interessou pela originalidade de um povo, do indivíduo, pela psicologia individual dos grandes homens da política. Por ser conservador e nacionalista, preocupou-se com as questões do Estado e defendeu as posições da nobreza alemã. Para Ranke a história era constituída de individualidades. Assim, Reis (1996. p. 12) ressalta esta concepção,

A história, para Ranke, era o reino do Espírito, que se manifestava de forma individual. (...) Pessoas e grupos possuem as qualidades da individualidade, que podem ser apreendidas por meio de métodos hermenêuticos, através de suas manifestações no mundo dos sentidos. A significação dos eventos aparece parcialmente no mundo dos sentidos, daí a necessidade do rigor na análise das fontes. O historiador deve se concentrar nos eventos, expressões dessas individualidades apreendidas através das fontes.

A função do historiador é recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências, através da documentação, que possibilita desenvolver a narrativa. A história se limitava a documentos escritos e oficiais de eventos políticos.

Ranke distribui alguns princípios do método da história: o historiador precisa, indicar o que realmente passou, evitar julgamento do passado; desenvolver a neutralidade possível entre a relação do historiador com o objeto, os eventos históricos; observar a objetividade da história através do documento; reunir um número significativo de fatos que estão no documento, ressaltando a autenticidade externa e interna; desenvolver uma narrativa que obedeça a uma narrativa cronológica; e atingir a objetividade da história-ciência para conhecer a verdade histórica e objetiva.

Reis (1996) afirma que a história científica seria produzida por um sujeito que se neutraliza para destacar o seu objeto. O historiador evitaria a construção de hipótese, manteria a neutralidade, não ocorrerá julgamento e não problematizará o presente. O que pensa o historiador a respeito dos fatos em estudo não é relevante para narrativa, conforme os princípios do Positivismo.

Os positivistas, que se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, conseguiriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador narra o passado tal como ele se passou, a história do passado pelo passado, dos eventos políticos, administrativos, diplomáticos, religiosos, considerados como centro do processo histórico.

A Alemanha foi o primeiro centro de erudição e serviu de modelo aos outros. A Escola Histórica científica alemã superestimava a eficácia do método crítico em seu esforço de objetividade, queriam fazer ciência objetiva. A França é o segundo país onde esta história erudita se instalou. Desde 1821, a École des Chartes formava arquivistas, mas que não eram historiadores. Foi após 1870, e mais ainda a partir de 1876, com a fundação de *Revue Historique*, por Gabriel Monod, que a erudição se desenvolveu na França. O ensino universitário também teve participação essencial para a divulgação da história crítica: muitos mestres da época – Monod, Lavisse, Seignobos – estudaram na Alemanha e ensinavam na França a história científica alemã.

Os positivistas franceses praticaram os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês. Se Ranke esconde Hegel, a filosofia da história implícita na historiografia metódica francesa será a iluminista. Não é o Espírito que produz a história, mas o “povo-nação” e os seus líderes instalados no Estado. O tempo da historiografia francesa positivista é, portanto, iluminista: progressivo, linear, evolutivo em direção à sociedade moral, igual, fraterna.

A Escola Metódica impôs uma investigação científica distante da especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins

aplicava técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores positivistas participaram na reforma do ensino superior e ocuparam cátedras em novas universidades, formular os programas dos colégios secundários e os manuais escolares. Nos quais se verifica a veneração do regime republicano, apoio à propaganda nacionalista e aprovação a conquista colonial.

A Escola Metódica, chefiada pelo francês Gabriel Monod (1844-1912), foi marcada pela fundação de *A Revista Histórica*, em 1876. O objetivo do grupo foi favorecer a publicação das investigações originais sobre as diversas partes da história. A revista se caracteriza pela visível vontade de criar vínculos com os profissionais integrados no meio das universidades, os quais tinham contatos com depósitos de arquivos.

A Revista Histórica lança *O Manifesto* de G. Monod, em 1876, no final se registra em quadro da historiografia francesa desde o século XVI, a qual pretende ser o ponto final de uma tradição, cuja origem são os humanistas do Renascimento. O momento de destaque do manifesto é quando G. Monod mostra-se original ao reconhecer a dívida dos historiadores franceses em relação aos historiadores alemães. Foi a Alemanha que contribuiu com a mais forte parte do trabalho histórico do nosso século. O diretor da revista contempla a aquisição da erudição alemã e sua contribuição para história francesa.

A Revista Histórica exhibe uma preocupação ética, de amplitude nacional, que liga os homens do presente aos homens do passado, com o intuito de despertar na nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história. O historiador identifica na vida uma perpétua mudança, mas com transformação de elementos antigos, nunca uma criação nova com todas as peças. Nesse sentido, entrega as gerações presentes, o vivo sentimento, a consciência profunda da feliz e necessária solidariedade que une às gerações anteriores.

Os historiadores do século XIX sofreram a forte ação da educação filosófica que introduziu fórmulas metafísicas na construção histórica. A Escola Metódica realizou uma ruptura epistemológica, ao afastar-se do cristianismo, do progresso racionalista e até o pensamento marxista, passa a mostrar a história como uma simples aplicação de documentos. O modelo ou a fórmula para se constituir a história se pautava na relação entre o sujeito (historiador) e o objeto (documento). A Escola Metódica abandonou as questões colocadas pelo historiador às suas fontes, e enfatiza o apagamento do mesmo na construção e no resultado final do texto.

Na época, a história tinha disponível um armazenamento de documentos limitados, uma vez que, apenas eram classificadas como documentos as fontes escritas. Sendo assim, um

dos objetos do fazer história era constituir um inventário dos materiais disponíveis. Tornando-se como a primeira atribuição do ofício do historiador, procurar, recolher e registrar os documentos. Nesse período, a história era vista como um relato ou descrição de documentos oficiais e devidamente identificados, sem caráter científico, sem prestígios de pesquisa histórica como hoje se apresenta.

No século XIX os estudos de historiografia estavam atrelados a outros interesses diversos de hoje. Um deles era a necessidade de construir a história pátria, a construção de conceitos de cidadania, civilização e progresso. Outra influência era das disciplinas, sociologia, filosofia, geografia, não por acaso, o IHGB tinha a Geografia, por exemplo, como uma área fundamental de articulação com os estudos históricos. Além disso, registra-se que a parte significativa da pesquisa histórica era oriunda da tradição francesa, alemã ou norte-americana contemporânea.

3.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, tornando-se um grande centro da intelectualidade da Corte do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Criado seguindo modelos europeus, apresentava como missão escrever a história do Brasil, assim como estabelecer e garantir a modernização e sobrevivência do país, avaliavam os intelectuais e historiadores da época. Havia um verdadeiro atraso, comparado ao padrão europeu de progresso. O Brasil almejava essa transformação de forma acelerada e o processo de construção e solidificação de nação era algo que precisava ser realizado. O IHGB apresenta-se como uma instituição precursora. Melo (2008) desdobra uma breve definição e distribuição de funções atribuídas a criação do Instituto:

O IHGB foi fundado com a pretensão de tornar-se arquivo e guardião da história brasileira, estabelecendo parâmetros muito definidos relativamente ao que deveria ser ou não ser histórico ou historicizado. O que deveria ser trabalho e dado à luz do conhecimento geral, e o que devia ser guardado como memória, corpo sem voz, algo engavetado nos arquivos (MELO, 2008. p. 35)

O IHGB, quando institucionalizado, pretendeu arquivar e guardar toda a documentação, possível de ser encontrada, catalogada e até adquirida, sobre história do país, assim como estabelecer regras, claras e precisas de como deveria escrever a história brasileira.

Guimarães (2007) acrescenta que o modelo de organização que o IHGB pretendia alcançar foi inspirado no projeto europeu: a organização de escrita, foi instituída no Instituto Histórico de Paris, fundado alguns anos antes na capital da França. Entre os membros do instituto haviam alguns brasileiros, que posteriormente se envolveram com a fundação do Instituto no Brasil.

Segundo Khaled Junior (2010), a construção filosófica positivista ordem e progresso era uma necessidade, porque o Brasil era um país que ainda se mantinha subjugado aos desígnios da política portuguesa, da figura do imperador. Para os ‘historiadores’ – oficialmente não regularizado, pois o processo de escrita da história brasileira era realizada por intelectuais da época – a invenção da nação estaria estritamente vinculada à invenção da história nacional.

Desde a sua fundação em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez da construção da nação brasileira o lugar central do discurso histórico oitocentista. A fundação do instituto esteve longe de ser um fato isolado. Pelo contrário, integrava um movimento de refluxo conservador face às excessivas liberdades do período da Regência. O IHGB estava inserido, portanto, em um impulso conservador cujo objetivo era garantir a integridade do território nacional e a afirmação do regime monárquico, estando articulado a uma série de medidas promovidas pela elite de então. Tratava-se de uma solução conservadora, marcada pelas ideias de centralização, unidade nacional, neutralizada dos liberais, isolamento dos jacobinos, procrastinação do problema escravo e afirmação diplomática do país. A elaboração de uma narrativa nacional estava em conformidade com tais intenções (KHALED JUNIOR, 2010. p. 47-48)

Khaled Junior (2010) registra que a elite centralizou um imenso esforço para que o sentimento nacional garantisse a integridade do território brasileiro, supostamente ameaçado pela instabilidade política do período. Sendo assim o IHGB assumiu a função de elaborar um passado em comum para a nação, ou melhor de construir a própria nação e destacar o real sentido da fundação do Instituto.

Khaled Junior (2010) aponta que o Estado e o poder político e intelectual estão intimamente ligados à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e toda sua trajetória nos Oitocentos. O IHGB tornou-se um Instituto oficial, pois passou a ditar os moldes do processo de escrita da nação.

Portanto, em função dessa necessidade e de acordo com os objetivos do Estado, o IHGB se propôs a elaborar um grande relato da nacionalidade, que atribuiria sentido, significado e unidade ao todo imperfeito e heterogêneo da nação, garantindo a adesão e fidelidade dos cidadãos. Tratava-se de um esforço de homogeneização da sociedade no plano cultural, de erradicação da diversidade regional. A elaboração de uma narrativa nacional é um elemento central ao processo de constituição da nação, fornecendo a um território delimitado geograficamente um passado comum e,

portanto, uma cultura nacional, procurando subordinar e erradicar a diferença. (KHALED JUNIOR, 2010. p. 49-50)

Para Khaled Junior (2010), o apoio do Estado ao IHGB era no sentido de garantir uma narrativa histórica de identidade, significado e orientação. Através do IHGB, a historiografia Oitocentista assumiu a importante tarefa de construir um passado para que consolidasse a construção de uma nação e de uma identidade nacional brasileira, cujo, fusão teria origem comum que direcionava para um futuro de glória. Nessa perspectiva, caberia aos historiadores a função de moldar e definir a nação.

A tarefa central do IHGB era elaborar um projeto de nação, em conformidade com os objetivos do Estado. Nada poderia sair dessa linha, para não comprometer o discurso do presente e futuro de progresso e avanço. Assim ressalta Khaled Junior (2010):

O resultado dessa associação entre o poder e o discurso científico da história é uma narrativa que de forma sutil e sugestionada busca induzir comportamentos a partir de exemplos, retirados dos aspectos sobre o passado que se veem privilegiados. Afinal, o passado composto pela história dos oitocentos não é o passado do todo; é o passado de um grupo – por excelência do colonizador português – e porque não dizer, até a memória desse grupo; o que implica em um recorte específico em tais representações. Tal recorte assumia uma característica de função de ordenamento do corpo social, em conformidade com uma missão que a história encontrava-se incumbida de cumprir. Dessa forma, a história constituía-se em uma verdadeira pedagogia política encarregada de nortear os posicionamentos dos brasileiros quanto a questões centrais à constituição da nação. A utilização da história como forma de intervenção social era inteiramente justificada e inerente ao próprio espírito de formação desse campo de saber. Não havia qualquer constrangimento: construir a história a partir do interesse da nação era condição inerente a sua própria escrita (p. 52-53).

A missão e participação do IHGB consistia na escrita de uma história pautada na nação, em um projeto conservador que tinha por função construir a nação a partir da ordem centralizada, através da Monarquia. Segundo Khaled Junior (2010), a tarefa era de ‘inventar’ a nação. O autor justifica esse termo invenção: “o termo invenção não deve, entretanto, induzir em equívocos. Dizer que a nação foi inventada não significa dizer que ela foi criada pura e simplesmente do nada. Os autores recorriam a fontes e a elementos recolhidos da realidade concreta.” (Idem, p. 53). Desse modo, os intelectuais responsáveis pela escrita da história, nesse período, apresentavam uma real preocupação em construir uma nação de acordo com sua visão de mundo e de sociedade.

Khaled Junior (2010) afirma que o IHGB se apresentava como um lugar de ciência da época, com uma íntima associação com o poder. “O que pode ser dito é que, lugar de ciência ou não, inegavelmente havia uma relação profunda entre a própria constituição do

campo disciplinar e o desejo de concretização do Brasil-Nação.” (KHALED JUNIOR, 2010, p. 54).

Ao longo do século XIX, a história fez parte de um projeto de afirmação de identidades nacionais e esteve longe de ser imparcial. A historiografia foi de fundamental importância no processo de afirmação da nação, pois além de inventar a nação, atuou com o legitimadora do projeto de sociedade e assim estabeleceu uma memória nacional. Khaled Junior (2010) dispõem as expressões coesão, unidade, integração e força na união como recorrentes no vocabulário do IHGB, reflexo dessa homogeneidade, como o objetivo da construção da nação brasileira. Desse modo, “o Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro. Portanto, é evidente que a historiografia do IHGB, apesar de científica, era também, engajada.” (Idem, p. 55).

Manuel Luiz Salgado Guimarães, em 1988 desenvolveu um estudo sobre os três principais textos de fundação do IHGB, no período do Oitocentos, no qual analisou o discurso do primeiro secretário perpétuo do instituto Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), o texto de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e o escrito de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839). Todos esses autores participaram e estavam envolvidos com a fundação do Instituto, bem como faziam parte dos intelectuais que ajudaram a pensar a escrita de uma história nacional.

O pronunciamento do discurso de Januário da Cunha Barbosa é realizado no ato da instalação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O intelectual define o IHGB como a coordenação que irá centralizar o trabalho coletivo, dos diversos estudiosos espalhados pelo país, na coleta de fontes que serão indispensáveis para a escrita da história e geografia do país.

No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador dessa atividade de escrita da história nacional, através de um trabalho de administração do passado que não apenas regulasse a coleta de fontes indispensáveis para a sua escrita mas também definisse a agenda dos temas considerados centrais para sua mesma tarefa.

[...] Esse trabalho objetivava, pela organização criteriosa das fontes, a luta contra o esquecimento dos ‘fatos memoráveis’, tarefa somente alcançável pela ‘imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador’. Definia dessa maneira o cônego-secretário um dos imperativos para a legitimação de um texto como de história, constituindo-se em autoridade sobre o passado desde que produzido a partir da pesquisa documental. A escrita da história demanda a organização de acervos, a delimitação dos documentos a partir dos quais a história poderia então ser narrada, critério que conduziria o trabalho de ‘um verídico historiador’, nas palavras do autor do discurso (GUIMARÃES, 2007. p. 103-104)

Januário da Cunha Barbosa alerta para o trabalho da memória. Recordação de um passado que precisa ser registrada, lembrança que muitas vezes integram um conhecimento recente, mas que se não forem escritas correm o risco de cair no esquecimento. Por sua vez, o autor do discurso, lembra que “o trabalho de escrita da história é o de fixação de uma memória concebida em seus aspectos tanto físicos, quanto morais.” A escrita do passado brasileiro relaciona aspectos da geografia e da história, “a narrativa devia articular uma memória espacial da nação em construção e a memória dos fatos de natureza político-cultural”, remetendo-se a esse duplo projeto histórico e geográfico, ligado ao nome o IHGB, relacionando respectivamente a ‘memória da pátria’ e a ‘memória do território nacional’.

Importa considerar, segundo os dispositivos dessa história, concebida como filosofia, a própria concepção de acontecimento, matéria-prima por excelência dessa narrativa de uma epopéia nacional e, segundo as palavras de Januário da Cunha Barbosa, ‘tesouro inesgotável de honrosa recordação’. Vemos que não apenas os acontecimentos políticos são dignos desse relato, mas também a narrativa das marcas naturais deve compor os quadros dessa história nacional, definindo para a geografia uma papel importante para a escrita da história. Se, por um lado, a defesa de uma história filosófica se mostra como caminho necessário para se pensar a história nacional brasileira, por outro é preciso demarcar com clareza que esse sentido de sistema que deve presidir sua escrita não deve se constituir numa abstração prévia a conduzir o trabalho do historiador/pesquisador, e sim deve ser inferido a partir da pesquisa e coleta dos dados dosando razão própria dos procedimentos filosóficos a imaginação necessária para o que acreditava ser possível: *a ressurreição do passado* (GUIMARÃES, 2007. p. 106-107)

Ressalta Guimarães (2007) que para o fundador Januário da Cunha Barbosa, a narrativa histórica idealizada pelo IHGB, apresenta uma característica que norteia a cultura histórica oitocentista: voltar sua escrita histórica para luta contra a morte, escrever a história para não esquecer o que não se pode e nem deve ser esquecido pela nação brasileira em construção, nesse período.

Guimarães (2007) traz o segundo texto, de autoria de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, apresentado no IHGB, na sessão de 24 de novembro de 1840, o qual procura indicar o “melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”, através da reunião e preservação dessas fontes, os membros do instituto deixavam evidente a garantia da continuidade da escrita da história do país. O autor destaca o valor e o cuidado com a documentação, porque fonte se tornava uma prova da história passada aos contemporâneos:

O documento teria a capacidade de trazer ao leitor contemporâneo a vida do passado, rerepresentando-o através dos recursos narrativos postos em movimento. Presentificando uma ausência, o documento atestaria a veracidade dos fatos narrados

e acontecidos num tempo passado, tornando verdadeira, e, portanto, digna de credibilidade, a história a partir deles contada (GUIMARÃES, 2007. p. 110).

Rodrigo de Souza da Silva Pontes é um típico intelectual da época, um homem das letras que acumula vários cargos sociais e ainda se projeta na escrita da História, além de contribuir com a construção do conceito de nação tão almejado pela sociedade. O autor sugere ao IHGB um árduo e respeitoso trabalho de levantamento dos arquivos espalhados por todo Império. Serão feitos relatórios, compra ou cópias de tudo que for encontrado ao longo da procura, para garantir a autenticidade dos documentos assim como a relevância do mesmo para a escrita da história.

Em correspondência trocada entre o historiador Francisco Adolfo Varnhagen e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, o autor da primeira obra de História do Brasil destaca que “a pesquisa de fontes inscreve-se, assim, como uma das preocupações primeiras daqueles homens voltados à tarefa de escrever a história do Brasil.”

Durante a pesquisa para a escrita de sua obra, Varnhagen constatou a importância do trabalho que o IHGB pretendia fazer para a história, para os futuros historiadores e para a sociedade. Guimarães (2007) destaca esse método de catalogação e ressalta a importância da ‘viagem científica’:

Esse método de trabalho deveria ser coadjuvado, segundo sugestões de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, pelas ‘viagens científicas’, que viriam a ser estimuladas pelo IHGB como forma de reconhecimento do território, segundo as demandas do Estado nacional, reeditando em certa medida os procedimentos que informavam esse tipo de viagem na cultura ilustrada do setecentos. Rodrigo de Souza da Silva Pontes aponta para a importância destas viagens, que teriam sido responsáveis pela descoberta de inúmeros restos do passado em sociedades como a francesa, materializando-o através desses objetos trazidos à luz e ao conhecimento (GUIMARÃES, 2007. p. 111).

O olhar voltado para os documentos assegura a possibilidade da prova, pois garante a veracidade dos fatos em estudo. Considerando o contexto do Império, a vulnerabilidade de algumas fontes e locais de pouca acessibilidade, seria bem mais complexo deslocar-se para o interior do Brasil em busca de documentos, então, o acervo centralizado no IHGB seria uma opção privilegiada de pesquisa.

Para finalizar seu texto, Rodrigo de Souza da Silva Pontes destaca um ponto já sinalizado por Januário da Cunha Barbosa, qual seja, a necessidade do trabalho coletivo coordenado pelo IHGB, quando se propõe uma escrita da história nacional. O autor ainda indica um procedimento ligado ao universo metodológico: “a escrita deve ser conduzida a partir de um inquérito previamente formulado que direcione o que deve ser investigado.”

“Esse inquérito seria encaminhado a todas as províncias, de forma a produzir um conhecimento da nação a partir de suas partes, submetidas, contudo, à lógica formulada e explicitada por tais questionários.” A narrativa responde ao inquérito que aponta o olhar e a escrita.

Guimarães (2007) apresenta o terceiro texto que corresponde a um fundador também do IHGB, Raimundo José da Cunha Matos. Seu texto fora lido em duas sessões no IHGB: no dia 15 de dezembro de 1838 e no dia 2 de março de 1839, ano de falecimentos do intelectual. Posteriormente o mesmo texto, foi publicado na *Revista do IHGB*, em 1863.

Raimundo José da Cunha Matos inicia seu trabalho ilustrando que a história geral do Império brasileiro ainda não pode ser contada, pois as províncias ainda não tinham escrito sua história. Entendemos assim, que para o autor, a história geral do Império só poderia ser escrita tendo como base as histórias particulares ou das províncias.

Dois problemas enunciados pelo autor dificultariam essa escrita da história nacional: de um lado, o que existe sobre ela antecede a Independência e são obras de estrangeiros, marcadas, portanto, por esse olhar, e, segundo nosso autor, estariam cheias de “falsidades a respeito do povo do Brasil”; do outro lado, a documentação existente não fora ainda submetida “ao escalpelo de boa crítica”, não podendo por isso integrar essa narrativa de uma história nacional segundo novos padrões.

Dois esforços podem ser vislumbrados nas palavras de Cunha Matos; o primeiro, no sentido de estabelecer uma necessária cronologia para a escrita da história do Brasil; o segundo, em submeter os escritos – sejam eles documentos, sejam eles textos narrativos – à crítica, entendida como um novo olhar que se lança sobre esses antigos textos e que se pautaria pelas formulações de uma nação em construção (GUIMARÃES, 2007. p. 114-115).

Raimundo José da Cunha Matos desenvolve o primeiro conjunto de referência a ser seguida para o trabalho da escrita da história. Configura a primeira etapa da operação historiográfica, a organização do arquivo, a transformação do documento em fonte, para pontar à uma forma de escrita. A definição das fontes também é uma preocupação, assim como a construção de uma classificação, o autor estabelece a cronologia que organiza a escrita da história, seguindo o interesse dos historiadores do IHGB: “a primeira época seria a dos aborígenes; a segunda compreenderia o descobrimento e toda colonização e a terceira ocupar-se-ia de ‘todos os conhecimentos nacionais’ a partir da independência.” Essa divisão passa a guiar os principais estudos e registros do IHGB por um longo período da historiografia brasileira.

3.2 A concepção de fonte histórica

Dentro do contexto oitocentista, poderíamos considerar uma prática comum para o historiador descrever os documentos como uma marca positiva à época. Tratava-se de um período que, no Brasil, não havia a formação profissional em história e a referência de escrita era seguir os modelos europeus e do Instituto Histórico e Arqueológico Brasileiro que estabelece suas exigências, iniciando um modelo, a ser seguido por quem naquele momento pretendia escrever história (SANTOS, 2012).

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB propõe consolidar o projeto do Estado Nacional e pensar de forma sistematizada a história brasileira. O IHGB propõe a materialização dessa ideologia, na qual a historiografia desenvolveria a História Nacional, correspondente à imposta pelo Estado (GUIMARÃES, 1988).

Segundo Melo (2008), o IHGB tinha como principal proposta compor uma história nacional comum para todo país ao estabelecer um diálogo com todo território nacional passa unificar informações sobre a história.

Na verdade, mais que dispersos, estavam espalhados, como memória, ao longo do imenso território da jovem nação brasileira, documentação aparentemente difícil de ser centralizada, e que uma instituição, a um só tempo “oficial e pública”, “particular e privada”, se propunha a tornar disponíveis ao movimento da avaliação, construção, redação e fixação de uma história da pátria brasileira (MELO, 2008. p. 36).

Mello Moraes se enquadrava no perfil de historiador da época. A prática de colecionar, descrever e divulgar os documentos, o tornou público e comum a todos os seus pares (SANTOS, 2012). A partir do IHGB, os documentos não poderiam ser tratados como propriedade privada, e sim pública. Inicia-se, portanto, a constituição do acervo do Instituto, por meio de catalogação de documentos, publicação de revista e livro. A historiografia brasileira passa a ser pautada nas fontes, as quais estão concentradas no Instituto (MELO, 2008).

Guimarães (2007) reafirma que o IHGB foi responsável por legitimar algumas regras que se tornam condições inquestionáveis para a formação de um possível historiador: “o trabalho a partir de documentos transformados em fontes para a escrita, lugar de legitimação para o saber a ser produzido.” (Idem, p. 11) Mello Moraes utilizará “documentos, fatos e história dos tempos” (p. 11). E defende que a “[...] verdade histórica [é] provada pelos documentos autênticos e pelos fatos”.

O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, realizou um estudo sobre os índios nativos do Brasil baseado em um escrito do século XVI (1580), de Gabriel Soares de Souza, texto considerado gênero literário de viagem. Segundo Cezar (2000), em 1851, Varnhagen emite uma carta ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na qual apresenta o livro de Gabriel Soares como uma obra de admirável produção sobre a descrição dos nativos. Determinado trabalho auxiliou outros autores como padre português Manoel Aires Casal (1754-1821), o poeta e historiador inglês Robert Southey (1774-1843), o viajante naturalista alemão Karl von Martius (1794-1868) e o viajante e literato francês Ferdinand Denis (1798-1890).

Varnhagen decide utilizar o método comparativo das diversas versões do texto, realiza reparos nos relatos e propõe sua redação como o escrito mais próximo da versão original de Gabriel Soares. Rodrigues (1969) afirma que Varnhagen, na obra *Reflexões críticas* (1839) desenvolve pela primeira vez um texto crítico, no qual “se procurou estudar o melhor texto, baseando-se nas várias cópias existentes em diversas bibliotecas europeias” (Idem, p. 391). Cezar (2000, p. 2) sinalizou os limites e possibilidades que Varnhagen caracterizou no processo de escrita historiográfica oitocentista, a exemplo de Mello Moraes e demais historiadores do período:

Após sua recomposição Varnhagen institui o texto como fonte legítima para o saber histórico. Os procedimentos de reconstituição que tornaram válida esta fonte inscrevem-se em um conjunto de regras aceitas por esta *protocomunidade acadêmica*, os quais se revelam bem menos ortodoxos do que se poderia esperar das *ciências positivas* do século XIX. Varnhagen, por exemplo, esclarece os limites da fonte: na ausência do original é o texto possível, aberto ao debate.

[...] Recurso fundamental à conversão de um texto em fonte fidedigna do passado, as ‘marcas de verdade’ dos relatos quinhentistas são efeitos, em proporção não negligenciável, do *olhar*, ou sobretudo da *autópsia*, ou seja, ‘o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar’. Princípio teórico-metodológico que rege a produção do relato e que estabelece seus limites, a autópsia é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária).

Varnhagem não apresenta a fonte de forma fechada em seu discurso, o texto é esclarecedor e aberto para a discussão, sendo possíveis outras interpretações. Assim, a história constrói essa característica, a elaboração de uma narrativa aberta a outros olhares e sujeita a outras interpretações. (CEZAR, 2000). Varnhagen lança uma possibilidade de escrever história nesse período, e os historiadores da época o tinham como exemplo. Quem não tomava os mesmos cuidados que ele com fontes e referências, poderia ser caracterizado como compilador, vulgarizador e até plagiador de fontes, o que o correu com Mello Moraes.

Entre suas produções no campo histórico, encontra-se o livro *Ensaio Corográfico do Império do Brasil* (1853), obra que ganha título de compêndio de história no ano seguinte a sua publicação. Rodrigues (1969) afirma: “esta obra elementar, consagrada à instrução da mocidade escolar, foi bem recebida pela crítica, pois, se manifestou um crítico da época [...]”. O mais peculiar desse ‘sucesso’ é a não formação de Mello Moraes em pesquisa histórica, e sua dedicação em pautar seus escritos com base nos documentos, a origem da fonte histórica.

Sendo primo do militar, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865)⁵, o convívio rendeu a Mello Moraes algum prestígio. Mello Moraes tinha, quase sempre, entrada franca no IHGB para estudar e analisar quaisquer documentos, manuscritos e obras raras, além de auxiliar sua negociação no período de publicação de suas obras.

Desse modo, ao se dirigir no prefácio “Ao Leitor” de sua obra *Chronica Geral e Minuciosa do Império do Brasil* (1879), Mello Moraes ressalta que coleciona “documentos originais cópias autênticas”, que dizem respeito à história do Brasil “há caminho de 32 anos”. Isso corresponde ao fato de anos antes de escrever sobre a história do país, o autor já estudava e lia sobre o tema. Logo, observa-se que seus escritos não foram elaborados de forma ‘aleatória e sem rigor’, sua escrita foi desenvolvida seguindo o modelo historiográfico da sua época.

Por sua forma de escrever a história, de colecionar documentos, de vulgarizador de fontes e investigador dos fatos da História do Brasil, Mello Moraes foi por diversas vezes acusado de ser compilador. A quem o acusava ele respondia:

[...] porque os homens estudiosos não são embirantes, e sabem que as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente, ficando reservado ao leitor circunspeto e grave, saber se são exatas (MORAES apud SANT’ANA, 1966, p. 24).

Em outras palavras, é possível deduzir que para Mello Moraes, todo historiador é também um compilador, o que vale é a decência de não se aproveitar livremente do texto dos outros, a nossa inteligência já deve reconhecer como o ofício de historiador. A ausência de formação acadêmica⁶ e de entidades corporativas capazes de criar normas para a circulação de

⁵ Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865) português projetou-se na Bahia, foi tenente coronel e autor de várias obras sobre o Brasil, escreveu a *Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*, em 1833. Disponível em < <http://www.historia-bahia.com/bibliografia/accioli.htm> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁶ Moraes viveu numa época em que era necessário ser um autodidata para o exercício de alguma profissão, uma vez que apenas os médicos e os bacharéis tinham acesso ao ensino superior (Medicina e Direito). As demais profissões foram exercidas de forma marginal.

publicações desencadeava entre os intelectuais, de um modo geral, a fazer uma vigilância mútua em suas produções, pela ausência de definição de critério para a produção do conhecimento (SANTOS, 2012).

É fato que Mello Moraes produziu parte expressiva da escrita historiográfica do Brasil-Império. Grande parte da escrita clássica sobre o período teve como apoio as fontes coletadas por ele. Aquele gesto de colecionar documentos o levava ao mesmo tempo a ser generoso com o que lhe pertencia. Por vezes, doava parte do seu acervo para compor bibliotecas públicas.

Podemos considerar esse perfil de Mello Moraes, característico da época. O historiador, o documentarista, ou vulgarmente falando o compilador, estão todos buscando um objetivo comum – escrever a história. O período favorecia essa postura intelectual, pois a construção de um modelo de escrita estava ainda se consolidando. Desse modo, o intelectual Mello Moraes desenvolveu seu trabalho esperando atender suas expectativas como historiador, pois esperava contribuir com a construção da escrita da história do país, mas encontrou muitas dificuldades. O intelectual não recebeu o apoio necessário para desenvolver sua escrita e a mesma não foi recebida como uma história autêntica e valiosa, assim as acusações das compilações são fortes e volumosas, o que comprometeu a imagem das obras e do estudioso Mello Moraes.

As acusações de plágio contra Mello Moraes passaram a ser frequentes, pois ele era julgado por se apropriar de alguns textos e não informar a origem da fonte. Além de alterar as informações, a exemplo do equívoco na descrição da bandeira da Confederação do Equador (1824), na *Biografia de Manoel Joaquim de Menezes*, assim como de copiar o padre José Moraes em seu *Tomo II da Corografia histórica* (1858/1860). Em meio as acusações, Mello Moraes se defende como bem aponta Santos (2012, p. 5):

Primeiramente, em uma nota de rodapé, Mello Moraes acusa o próprio Joaquim Norberto de plágio, afirmando ter este extraído uma biografia de Maria Quitéria da obra da inglesa Maria Graham. Ao defender-se, afirma que a imputação de plágio não se aplica a seu caso, pois “Servindo-me da crônica do jesuíta José de Moraes, citei o seu nome em mais de um lugar, e, estando o leitor prevenido, entendi na página *cem*, empregar a expressão *continua* o padre *José de Moraes*, etc., sem me lembrar, que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha [grifos no original]”. Como efeito, Mello, na página 100 do tomo III, usa a expressão “continua o padre José de Moraes”, para indicar de onde extrai seu relato. O relato parece começar na página 18, com o título “Dos provinciais do Brasil, e reitores dos colégios (crônica manuscrita)”. Não há referência direta, no início, a José Moraes. Mello Moraes julga-se desculpado, entretanto, porque “previne” o leitor, em momentos como a página 100, de que trata-se deste autor. Por várias vezes na *Corografia* seu procedimento é semelhante, sua narrativa confundindo-se com a da fonte que utiliza, mas havendo alguma citação ao

original. Faz isto inclusive com a *História Geral* de Varnhagem no tomo I da mesma *Corografia*.

Por meio dessa justificativa, Mello Moraes se exime da acusação de plágio, já que no texto, *Corografia histórica* (1860) estão disponíveis as referências dos autores e fontes. Acusadores destacam em suas críticas que grande parte de suas notas de rodapé são observações ou transcrição, não podendo ser consideradas suficientes para uma referência (SANTOS, 2012).

Em um período, no qual as condições teórico-metodológicas em relação ao fazer historiográfico eram precárias, havia por parte de Mello Moraes e de alguns historiadores da época um zelo e rigor em suas produções, muito próximo ao que lembra Bloch (2001), a respeito da necessidade do historiador em prestar contas à sociedade do que faz. A postura de Mello Moraes como compilador dos documentos que fundamentavam seus estudos, criou uma atmosfera de afeto e desafeto no meio intelectual, mas também havia uma certeza do seu poder de erudição e compromisso com a escrita, no sentido de suprimir o supérfluo e conservar o essencial (SANTOS, 2012).

Outra acusação aconteceu que no periódico *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal* (1848) onde foi publicado o resumo dos trabalhos do Instituto Histórico, de 7 de outubro de 1861, apresentando uma nota do Joaquim Norberto⁷ (1820-1891) sobre as possíveis alterações que Mello Moraes haveria feito ao realizar a descrição da bandeira republicana de Pernambuco, em 1824 comprando o parecer do Sr. conselheiro Bellegarde⁸. Assim Mello Moraes (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 2) escreve:

Refutado o parecer do Sr. conselheiro Bellegarde em todas as suas partes, eu aconselharei ao Sr. Joaquim Norberto que, em lugar de ocupar a atenção do Instituto com ninharias de nenhum alcance, proponha a essa corporação nomear comissões para rever as muitas obras estrangeiras que dizem do Brasil e dos brasileiros innumeras sandices, fazendo traduzir os pareceres das suas comissões nas línguas onde essas banalidades e falsidades forão escriptas, afim de que se conheção as injustiças que a inveja produz: outro sim, que se nome em comissões para reverem os compêndios de historia pátria, que andão nos collegios, afim de serem correctos dos erros de que abundão. Deste modo fará um grande serviço ao paiz e á mocidade estudiosa, limpando-lhe os seus livros elementares das falsidades que contém.

⁷ Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891) poeta, romancista, teatrólogo, historiador e biógrafo. Colaborou em vários periódicos e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a qual entrou em 1841, tendo chegado a presidente do órgão. É na critica e história literária que reside a sua melhor contribuição através de estudos, memórias, edições anotadas de autores brasileiros. Disponível em < <https://www.bbm.usp.br/node/106> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁸ Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde (1807-1864) engenheiro, militar nascido na nau que trazia a família real para o Brasil não só acompanhou as mudanças nessa primeira metade do século XIX, como também participou, atuando e discutindo, do desenvolvimento das cidades brasileiras, principalmente da capital, o Rio de Janeiro. Disponível em < <https://www.familysearch.org/photos/artifacts/21316844> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

O intelectual alagoano considerava desnecessárias as acusações do Joaquim Norberto, uma vez que a prática de desenvolver o texto histórico tinha como base a fonte. A fonte era sujeita a alterações e o historiador da época selecionava para seu escrito o que era relevante e modificava o que lhe convém (CORREIO MERCANTIL, 1861).

No mesmo periódico, Mello Moraes recebe outra acusação de plágio, denunciada por Joaquim Norberto e Fernandes Pinheiro⁹. O relatório descreve um parecer insinuando que no terceiro volume da *Corographia histórica* de Mello Moraes havia sido plagiada pela *chronista* José de Moraes. O autor alagoano se posiciona com repugnância, “me deu tanto nojo”, assim ele continua:

Tendo eu a independência intelectual necessária, posso dizer as verdades e documenta-las sem os receios de uma demissão ou indisponibilidade activa e inactiva, e nem dos tribunaes, porque quem fala com documentos fala seguro.

Ainda o Sr. Joaquim Noberto era empregado na província, já eu no ministério do Sr. conselheiro Pedreira e em seguida no do venerando Sr. marquez de Olinda, pesquisava nos achivos o que me convinha para o meu trabalho, chegando mesmo a ter empregados meus no archivo publico, por mais de dous mezes, copiando documentos.(*)

(*) Se me não falha a memoria, se me disse alli que eu era a quarta pessoa que examinava documentos desde que o archivo publico se estabeleceu, sendo três estrangeiros e eu o único brasileiro (CORREIO MERCANTIL, 1862. p. 2).

Mello Moraes argumenta que seus escritos não poderiam ser considerados plágios, pois o autor alagoano desenvolvia sua pesquisa em arquivos, buscando documentos e “quem fala com documentos fala seguro”. Sendo assim, seus textos eram originais, dentro da lógica de pesquisa da época. Mello Moraes traz o seguinte exemplo:

Lendo as chronicas manuscriptas, achei algumas tão mal redigidas, que me foi necessário, guardando o sentido, fazer suppressões e redigir de novo, e outras em tal estado a se não poder ler, como, por exemplo, a chronica do padre João Fellipe Bettendorf, que, para poder tirar-se o proveito desejado, tem necessidade, desde a primeira á ultima pagina, de ser redigida de novo, e estou muito persuadido que, se o Sr. Joaquim Norberto tivesse lido os manuscriptos, como me aconteceu, deixaria de ser impertinente, e não se dar em espetaculo no Instituto, maçando os seus membros com a leitura daquillo de que foi echo de outro que lhe inspirou a idéa. [...]

Como já fiz ver, servindo-me de manuscriptos mal copiados, mal redigidos, e com citações latinas amontoadas, convinha supprimir o superfluo, conservando o essencial, que é verdade histórica; e neste caso, não receei da fidelidade do meu improbo trabalho e altamente dispendioso (CORREIO MERCANTIL, 1862. p. 2).

⁹ PINHEIRO JÚNIOR, Francisco Antonio Fernandes, deputado provincial, tenente-coronel. Suplente de deputado provincial na legislatura 1840-4; titular em 44-45; 58-59 e 60-61.

Mello Moraes explica como realizou sua escrita técnica científica, quando citou em as referências o padre José de Moraes, na *Corographia histórica*. Com essas palavras, Mello Moraes intensifica sua defesa.

Servindo-me da chronica do jesuíta José de Moraes citei o seu nome, em mais de um logar, e estando o leitor prevenido, entendi na pagina cem empregar o expressão *continua* o padre *José de Moraes*, etc., sem me lembrar que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha. [...]
 Não me lembrei que plagiava, porque quem cita uma vez o nome da fonte de onde extrahe, não póde ser considerado de plagiário [...] (CORREIO MERCANTIL, 1862. p. 2).

Joaquim Norberto era enfático quando se refere às palavras de Mello Moraes, não se sentindo intimidado, nem convencido da inocência do acusado. Utiliza-se de palavras duras e continua a longa discussão.

O Sr. Mello Moraes é um desses entes privilegiados que ainda tem folego de vir á imprensa, depois de ter sido completa e triumphantemente aniquilado no Instituto Historico, e patenteado, não só á face do paiz como de todo o mundo, tal qual o maior, o mais impávido e o mais sandeu de todos os plagiarios.
 Continue o Sr. Mello Moraes, depois de tão solemnemente desmascarado, a publicar obras de escriptores antigos como suas. A sua sentença está lavrada, e elle se disse réo confesso. Semelhante procedimento é tão condemnavel no litterato, como no mentecapto immoral que tivesse o arrojo de baptizar filhos havidos de conto damnado como filhos de sua própria mulher.
 Esta resposta não é mais do que a reprodução da que dei pessoalmente ao Sr. Mello Moraes, no archivo da secretaria do império, cujos documentos elle pretendia levar sem mais nem menos *para sua casa* afim de que já se sabe, para *seu uso*. [...] (CORREIO MERCANTIL, 1862. p. 2).

Joaquim Norberto denuncia que a prática de Mello Moraes era comum á época, quando ele registra: “não é a primeira vez que sou enlameado em publico pelos quadrupedes que cruzão as ruas desta côrte, mas a insultos de charlatães de sapatos de velludo não se responde”. Apesar de ser uma prática comum, não significa que era aceitável. O IHGB condenava o plágio, prática que comprovadamente evitou.

Mello Moraes em sua obra *Corographia Histórica* (1858) – composta por quatro volumes –, escreve no primeiro volume uma Carta ao Leitor, nela o intelectual detalha sua perspectiva de historiador, sua concepção e seu compromisso com o que considera a verdade histórica contida nos documentos, prática comumente confundida como a de ‘copista’. Vejamos a seguir:

Ao leitor

Não é sonhando, ou inventando factos adrede, que se escreve a história de um povo, e sim buscando instantemente as noticias e documentos, como temos feito, não poupando diligencias e despezas, para as conseguir. Collocamo-nos na posição excepcional do historiador, ouvindo a todos, e consultando aos mais experimentados nos factos contemporâneos, e em face dos numerosíssimos documentos originaes, a maior parte inéditos, escrevemos a obra, que entregamos ao domínio publico.

Para conseguirmos a aquisição dos importantes documentos históricos, consignados nesta obra, fomos com cuidado havel-os nas secretarias de Estado, nos archivos públicos, nos cartórios; fomos ás casas particulares, onde nos constava haverem papeis valiosos; tivemos á nossa disposição o archivo do *Instituto Historico Geographico Brasileiro*, que o ilustrado cavalheiro Sr. Manoel de Araujo Porto Alegre. Digno secretario daquelle patriótico estabelecimento litterario, generosamente nos franqueiou. O Archivo Publico, com alguns manuscriptos históricos, bem coordenados pelo zeloso chefe, nos forneceu o que tinha, e do qual extrahimos o melhor que havis. Se o archivo da secretaria do império, nos foi franqueado pelo Exm. Sr. marquez de Olinda, actual ministro, achamos nos empregados daquelle repartição, a melhor vontade em prestar-se a tudo o que exigimos.

Com estes recursos, e com o grande archivo de importantísimos manuscriptos, originaes, ineditos, do nosso venerado amigo, o distincto diplomata conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, podemos escrever o presente trabalho.

O conselheiro Menezes de Drummond, como diplomata, em diversos Estados da Europa, colheu quantos documentos históricos encontrou relativos ao Brasil, e formou um escolhido gabinete de manuscriptos, dos quaes os mais interessantes á historia pátria, entrão na confecção desta obra.

A historia dos *Hollandezes* na Bahia, e em Pernambuco, não só é exposta em referencia ao que disseram os escriptores brasileiros, como o que referem manuscriptos hespanhóes, que possuímos. A historia dos *Palmares*, e dos *Mascates* em Pernambuco etc., são escriptas sobre antigos manuscriptos originaes. A historia da *Conspiração de Minas*, intitulada do *Tira Dentes*, de 1789, é narrada em presença do volumoso processo original, que existia na secretaria do império. Dele extrahimos as principaes peças, que transcrevemos nos lugares competentes.

A historia dos vários movimentos, que tem apparecido no Brasil, desde 1808, é comprovada com os documentos officiaes, e com os processos, que se instaurarão nos diferentes lugares onde se derão.

A *nobiliarchia*, ou antes a genealogia de grande numero de famílias brasileira, é um capitulo interessante do nosso escripto; bem como a história das *Assembléa* temporária e vitalícia, e a dos ministérios não deixa de ter igual valor.

Os factos contemporâneos, são narrados sem apreciação de juízo, á deixarmos aos futuros historiadores, commental-os e julgal-os, como merecerem, salvo se são de notório escândalo, ou de prejuízo geral.

A parte Corographica é escripta sob as vistas de 40 mappas topográficos, sendo muitos delles ineditos, pertencentes ao ilustrado conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, cuja fidelidade garante, por serem todos officiaes. Esses mappas, forão mandados levantar por ordem do governo portuguez, e, a maior parte delles, pertencerão ao famoso Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, distincto mainistro do ilustrado e benéfico rei D. João VI.

Relativamente ao Brasil, poucos forão os escriptores estrangeiros a quem consultamos, e d'entre elles nos servimos da autoridade dos mais conspícuos: preferimos em tudo os escriptores portuguezes, e brasileiros, e os valiosos documentos, e monographias, que possuímos.

São poucos os estrangeiros, que fallão do Brasil, e dos Brasileiros, conscienciosamente, quando não proferem banalidades, que movem o riso, ou inventão calumnias estultas [...] (MORAES, 1858. p. 5-7).

O historiador confirma nos trechos acima citados o seu compromisso com a verdade das fontes, uma prática histórica contextualizada na Escola Metódica. Por sua vez, o método era descrever com toda riqueza de detalhes o documento, a proximidade com originalidade da fonte eram evidências muito valorizadas no século XIX.

Outra marca do trabalho de Mello Moraes é a organização cronológica dos acontecimentos que obedecem a uma disposição linear e evolutiva no tempo. Essa característica positivista situou o historiador nessa vertente histórica, porém o período não dispunha dos conceitos consolidados e claros, como hoje conhecemos. Então, a metodologia era realizada, mas os critérios não se apresentavam devidamente estabelecidos.

Na obra *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* (1871) Mello Moraes descreve sua obra de forma cronologicamente correta, assim ele apresenta:

A história circunstanciada dos ministérios, pela ordem chronologica dos gabinetes ministeriais, seus programas, revoluções políticas que se derão, e cores com que apparecerão, desde o dia 10 de março de 1808 até 1871; a da Conquista de Caverna, da Independência no Brasil, e das Constituições Políticas, desde 1789 até 1834; e acompanhada: da lista nominal, e por sucessão, dos senadores, desde a criação do senado, em 22 de janeiro de 1826, até o presente; da dos deputados, desde 1823 até á ultima Legislatura de 1869; e da do conselho de Estado, creados por decreto de 22 de abril de 1821, para a Regencia do Brasil, até 1871. (MORAES, 1871. p. 2)

Mello Moraes foi um historiador comprometido, priorizou em suas buscas os documentos inéditos e raros, por sua vez prezou pela originalidade em suas descrições e escrita. Ao assumir essa postura de preocupação com o fazer histórico, passa comprovar seu interesse com a preservação das fontes, assim como veiculá-la tanto para seus contemporâneos quanto para as futuras gerações.

4 UMA INTERPRETAÇÃO DE *O BRASIL SOCIAL E POLÍTICO, 1872*, DE MELLO MORAES

A História, já se disse algures, é a única disciplina ou campo de saber que traz como sua própria designação um nome que coincide diretamente com o seu objeto de estudo. A História (historiografia) é, de um lado, o discurso e o tipo de conhecimento que um historiador elabora; mas é também o nome do seu próprio objeto de estudo: o campo processual dos acontecimentos. (BARROS, 2011. p. 30)

O estudo historiográfico transita entre o campo de conhecimento da ‘história’ e a ‘história’, enquanto acontecimentos processuais e contínuos. A historiografia se constitui estudo da história quando se aliam discurso e prática histórica. O historiador especializado é mediado pela teoria e metodologia objetivando a escrita da História. Barros (2011) ressalta que, enquanto a Geografia estuda a Terra, a Física estuda os diversos fenômenos físicos, a História dedica-se a estudar a história, a historiografia propriamente dita – a escrita da história.

Guimarães (2007) aponta algumas influências na estruturação dos estudos da história, dentre eles a produção acadêmica de história na França, a partir da figura de Pierre Nora. Intelectual que em sua obra *Os lugares de memória* (1984) sugere um caminho de interpretação e reflexão significativa para o campo da historiografia.

A pesquisa histórica busca superar os impasses da tradição, combinando o conhecimento epistemológico à história do campo disciplinar, desenvolvendo novas possibilidades de questionamentos e logo de novas interpretações e entendimento dos fatos históricos. Pierre Nora destaca a historiografia como um lugar de memória. Guimarães (2007, p. 96) registra: “Nora indica as profundas relações entre o conhecimento do passado e o trabalho da memória, entre o trabalho de investir o tempo passado de sentido e as demandas sociais e políticas de um presente”, o processo de reflexão sobre a escrita da história se concretiza no movimento da produção das lembranças – procedimento coletivo de reconstrução do passado.

Nesse contexto, a historiografia se constitui como campo pleno e particular de investigação. A própria pesquisa histórica pode ser definida como uma cultura histórica que indica inúmeros dispositivos coletivos que produzem sentido e significados peculiares para o passado. Essas características, por sua vez, identificam algumas partes da função do

historiador, o mesmo não dialoga sozinho com o passado, e sim projeta suas interrogações para determinado período, em busca de respostas possíveis que atendam o limite do acontecimento, assim se porta o profissional historiador. Segundo Guimarães (2007, p. 97):

[...] não é a matéria do historiador, sua existência pura e simples não nos assegura nem o conhecimento nem o sentido desse tempo pretérito. É preciso que, transformado em história, se torne objeto de interrogação e investigação de um profissional, o historiador. Dessa maneira, a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado nesse objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária. O passado como parte da construção do presente e também como desejo de projeção para o futuro, como projeto social, portanto, inscreve necessariamente a investigação de natureza historiográfica numa teia em que o diálogo com outros campos da pesquisa histórica se faz necessário. (p. 97)

Dessa forma, o trabalho historiográfico nos propõe interrogações da memória com o propósito de enxergar além das articulações visíveis no enredo histórico. No entanto a produção do conhecimento sobre o passado deve ser compreendida em suas peculiaridades com o presente em que se narra.

Para o nosso estudo historiográfico elegemos a obra *O Brasil Social e Político* (1872) para análise da escrita de Mello Moraes, com o propósito de identificar o possível modelo de historiografia utilizado à época. O texto corresponde a uma carta dirigida a Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond¹⁰ (1794-1865), onde Mello Moraes transcreve o sermão do Padre Antônio Vieira¹¹, descrevendo as semelhanças entre as críticas dos jesuítas e as de Mello Moraes, assim mostrando quais as mudanças ocorridas no Brasil entre os dois olhares. Ainda nesse livro, Mello Moraes impõe seu posicionamento político, uma vez que se encontrava como deputado pela província de alagoas, no período de elaboração e publicação do mesmo.

O livro *O Brasil Social e Político* de 1872, cujo subtítulo *O que fomos e o que somos*, foi desenvolvido por Mello Moraes e traz trecho do sermão do político Padre Antonio Vieira. Mello Moraes realiza, assim, em alguns momentos do texto, uma analogia sobre o que é dito pelo padre e a realidade vivenciada no período de publicação da obra. Composto por 102 páginas o livro foi publicado pela editora Typographia de Pinheiro & C., do Rio de Janeiro.

¹⁰ Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865) foi um dos políticos que se destacam no processo que culmina com a Proclamação da Independência do Brasil, atuando nas províncias de Pernambuco e da Bahia.

¹¹ Padre Antônio Vieira (1608-1697) foi um religioso que fez parte da Companhia de Jesus e defendia, além dos indígenas, a liberdade dos judeus, perseguidos na época pela Inquisição da Igreja Católica.

O livro inicia-se com o título “Carta Política”, dirigida ao conselheiro do Império Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Na sequência Mello Moraes contextualiza sua indignação por ter o recurso para publicação de uma de suas obras, suspenso. Por meio da lei 1.340, de 24 de Agosto de 1866, o governo disponibiliza recursos para publicação de exemplares do livro *Chorographia Historica, Chronogtaphia, Genealogica, Nobiliaria e Política do Imperio do Brasil*. Por sua vez, a condição imposta pelo governo como pagamento por cada exemplar, seria que Mello Moraes distribuiria todos os exemplares pelas repartições públicas.

A partir de 1866, pautado na lei 1.340, quando Mello Moraes fora contemplado com esse recurso para subsidiar suas publicações, foram elaborado seis tomos, faltando quatro ainda para completar a coleção de dez. Em 1870 o recurso foi suspenso, sendo assim o governo sugeriu que ocorresse a reedição do primeiro tomo em seguida sua distribuição, como estabelecido por lei. Nas primeiras páginas do livro *O Brasil Social e Político*, Mello Moraes expressa sua opinião:

[...] por fim, voltando á câmara dos deputados, decidio esta, em vista do parecer da comissão de fazenda, a que foi remetida a lei (incompetente na materia), que ficava a lei satisfeita, tomando o governo, par ser distribuído pelos archivovs da nação, a reimpressão do primeiro tomo da 1ª edição!
Ha nada mais irrisório do que isto! Dizendo a letra da lei que a assinatura da nação fosse até a conclusão da obra, contentarem-se a câmara dos deputados e o ministro do Imperio com a reimpressão de um volume da historia pátria, que tinha no frontespicio – tomo primeiro!!! (MORAES, 1872. p. 3-6)

Mello Moraes expressa sua indignação, pois o autor alagoano tinha como objetivo desenvolver uma história pátria, traçada com precisão, e disponibilizá-la a nação, porém precisaria concluir a coleção com os 10 tomos. Assim Mello Moraes afirma o que pensa, sem medir as palavras:

Note V. Ex. os desconcertos de tudo o que é nosso, pela falta de critério, que preside aos negócios públicos no Brasil. Os próprios *belchiores* de livros não querem, por quantia alguma, um tomo avulso de qualquer obra, por melhor que seja; e a comissão de fazenda da câmara temporária, e o ministro do Imperio, mais ingênuos ou condescendentes que os *belchiores* de livros, mandarão entulhar os archivovs da nação com a reimpressão do primeiro tomo da minha Chorographia, dizendo expressamente a lei que a assinatura da nação fosse até a conclusão da obra! Pobre do Brasil! até a conclusão da obra! Pobre Brasil! até onde te levarão?! (MORAES, 1872. p. 7-8)

Diante do descrito, Mello Moraes se posiciona contra o decreto do governo, não só pela suspensão do recurso para a publicação da obra, mas por não conseguir concluir uma obra de importância histórica para o país.

A má vontade, ou antes o desabafo das paixões, fez que se mallograssem os meus esforços e desejos, privando deste modo o Brasil de possuir a sua historia minuciosa e documentada. A causa da guerra que soffri dos poderes do Estado foi porque escrevi verdades e não lisongeei paixões. Coloquei-me a cem annos de distancia e tracei a nossa linha de limites pelo Oyapock, e, em vista dos documentos irrecusáveis que me autorisavão, reivindiquei o nosso direito ás terras do cabo do Norte, pois que, acima de tudo, eu sou brasileiro. Como nunca fui empregado do governo, não estou sujeito ao *hei por bem*, e por isso posso escrever verdades e desmascarar impostores, que mercão pomada cheirosa, sendo em substancia o que inclução do sebo rançoso! (MORAES, 1872. p. 8).

Sendo assim, Mello Moraes considera que seu acervo pessoal tem documentos raros, que se não for bem explorado, irá privar o país de conhecer minuciosamente sua história. Podemos considerar esse discurso como uma defesa para continuar com recurso ou realmente tinha esse olhar da grandeza do documento? Mello Moraes sabia do grande valor do documento, mas por muitas vezes seus escritos e sua opinião não foi reconhecida.

Para a historia geral do Brasil ninguem, como eu, possuía um archivo mais copioso de documentos adquiridos á custa de imenso trabalho, de esfoço, de grandes despesas e de favores, como os que devo a V. Ex. Ainda bem: fiz o que pude constituindo-me o martyr pela historia do nosso paiz. Para salvar das ruinas do tempo e da indifferença do governo imperial as noticias de duas épocas importantes da nossa existência social e politica, emprehendi, como os meus próprios recursos, a publicação da obra *Brasil-Reino e Brasil-Imperio*, que vem a ser a do governo portuguez no Brasil desde o dia 10 de Março de 1808 a 25 de Abril de 1821, e dahi até 1871 (MORAES, 1872. p. 8).

Após exposição de seu acervo pessoal e sua importância para o país, Mello Moraes começa a tratar o tema do livro *O Brasil Social e Político* (1872). O autor desenvolve uma carreira política, e alega em sua obra que o país favorece quem é político. Assim são suas palavras: “Como no nosso abençoado paiz a carreira politica favorece as aspirações [...]”. Desse modo, o autor alagoano tinha propriedade e vivência sobre o tema que desenvolveu.

O sistema representativo do Brasil, descrito por Mello Moraes não se ocupava de suas reais atribuições. A câmara, local de reuniões entre deputados e senadores, políticos de modo geral, para discutir e tomar decisões em favor do desenvolvimento do país, no período de escrita do livro, 1865 a 1871, não se apresentava assim. O relato de Mello Moraes descreve uma política corrompida, falsa, que pensava apenas em favorecer uma pequena parcela da população, cujo interesse se voltava para questões banais e quase nenhum interesse para com a sociedade.

Estava convencido que a camara se devem reunir para promover o bem geral da nação; porém, confrontando os tempos, vejo que a falsa política tem absorvido tudo, e que a política do egoísmo e das posições officiaes é o único pensamento da maxima parte dos brasileiros. Ella e a indiferença reprehensiva dos poderes do Estado tem permittido que tudo o mais no paiz seja invadido por especuladores, que vêm para o Brasil, sem capitães, com o fim de se apoderar do commercio e das emprezas, com prejuízo da lavoura, para a qual mostram absoluta negação, ou para a vagabundagem, obrigando deste modo ao que não é brasileiro político a ser paria no seu próprio paiz. Se as camaras fizessem o que devem, e não o que o poder executivo lhes manda fazer, o systema representativo seria uma realidade no Brasil, e não uma comedia de aldêa, como a que temos representado e continuaremos a representar (MORAES, 1872. p. 9).

Segundo Mello Moraes, a constituição de 1824 estabeleceu as atribuições dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, que são a representação política do país. Porém, o autor ressalta que o povo não sabe escolher seus representantes, o mal que atinge o desenvolvimento do país está no processo da eleição. O processo eleitoral era claramente corrompido pelos candidatos que negociavam o voto e o povo votava sem estabelecer critério, logo o sistema representativo não funcionava como fora idealizado na constituição.

Mello Moraes foi enfático e afirmou que os impostos estavam elevados pela má escolha dos representantes do governo.

Estou certo eu os males por que temos passado têm dependido das eleições; e admira que o povo não conheça o papel ridículo que representa quando é chamado, em nome de lei, pelo governo, para escolher cidadãos que represente nos congressos da nação. Reunido no dia prefixo, o governo apresenta-lhe a escada, e designa ou impõe, por seus agentes, os que devem trepar, e, logo que os empoleira, o governo e o empoleira atirão com a escada no povo, e em recompensa o esmagão com tributos, com os desfavores e com a perseguição.

Se o povo brasileiro no tempo prefixo se reunisse, com o pensamento da boa escolha de homens, para o representar nas camaras, reagindo contra a influencia maléfica do governo, não estaríamos sobrecarregados de impostos, e nem teríamos tido uma guerra no estrangeiro, como a que terminou no 1º de Março de 1870 com o Paraguay, e com a que nos estão ameaçando os ingratos, insolentes e pararrotões argentinos. (MORAES, 1872. p. 13).

Sendo assim, Mello Moraes descreve o sermão do Padre Antonio Vieira, que mesmos em outro período da história, onde as ações dos homens estão fortemente entrelaçadas com as doutrinas cristãs, reconhece a necessidade de se realizar uma boa escolha dos representantes do povo.

Não nego que a nobreza quando está junta com o talento deve sempre preceder a tudo; mas, como os talentos Deos é que os dá, e não os pais, não se devem fundar as *eleições* se não nas *acções*. Este dictame é o verdadeiro em todo o tempo, e muito mais no presente. No tempo da paz póde-se soffrer que se dêem os lugares ás gerações; mas no tempo da guerra não se hão de dar senão ás *acções*. Vio o profeta Ezequiel no primeiro capitulo das suas revelações aquelle carro mysterioso, porque tiravão quatro animaes: *homem, leão, boi e águia*. [...] Na primeira visão literal e a

melhor, que dão os expositores, é esta. Na primeira visão estava o carro dentro do templo; na segunda visão sahio o carro á campanha: e quando o carro está quieto dê-se embora o primeiro lugar a quem melhor é; mas quando o carro caminha ha se de dar o primeiro lugar a quem melhor puxa; e, porque o boi puxa melhor que o homem, por isso se deu o primeiro lugar ao boi. Quando o carro estiver no templo da paz dê-m-se embora os lugares a quem melhor fôr; mas quando o carro estiver na campanha hão se de dar os lugares a quem melhor puxar (VIEIRA apud MORAES, 1872. p. 13-14).

Padre Antonio Vieira aproxima e compara as atitudes do homem, ao dos profetas descritas nas escrituras bíblicas. A influência religiosa é visível e forte, pois as concepções de política e religião dialogavam e estabeleciam quase o mesmo nível de poder sobre o povo.

Mello Moraes revela os vestígios negativos gerados por um passado inserido na religiosidade excessiva, para a construção da concepção de eleição para época. Uma má escolha no momento eleitoral acarretou uma representação governamental desfavorável e o resultado foi uma cobrança demasiada de impostos. Determinada postura eleitoreira favorecia o suborno no ato do voto, pois o eleitor se apresentava vulnerável aos candidatos e aceitava votar por troca de favores ou objetos, e até sofriam violências para votar em determinado candidato.

De então para cá ficou o governo usando dos seus inauferíveis direitos de fazer as eleições, empregando a força das armas e as violências para ter-se á feição constitucional o que se denomina representação nacional, ou antes a chancelaria do poder executivo, para chancelar o esbanjamento da fortuna publica, os erros administrativos e os comprometimentos que forçao a nação a carregar (MORAES, 1872. p. 19-20).

A responsabilidade de desenvolver o conceito de política em uma sociedade que, até então, não se via inteirada do real valor político é algo inconstante para época.

A política não é, como muitos cuidão, a arte de enganar os homens no mesmo paiz e no estrangeiro, de negociar e de machinar intrigas, arranjar eleições e fomentar clandestinamente revoluções, estreitar ou quebrantar na escuridão dos gabinetes alguns tratados de alianças de paz, de casamento ou de commercio: e sim é a política a sublime sciencia, na phrase de um escritor philosopho, de reger um Estado e harmonizar, interesses particulares ao interesse geral, e de tornar felizes os povos e de afeiçoa-los ao seu governo. (MORAES, 1872. p. 20).

Desse modo, Mello Moraes destaca que a política é uma ciência que rege o Estado e que busca harmonizar interesses particulares ou gerais do povo. E os bons governantes deveriam se deixar conduzir com prudência e fundamentado pelas leis, prezar pela ética política.

O conhecimento dos homens lhe é muito mais proveitoso do que as theorias dos romances, porque é pelo conhecimento dos homens, que a historia recommenda, que o verdadeiro politico se deve guiar para os empregos, quer na administração interna do paiz, e quer no exterior, para tornar o paiz respeitado dos estrangeiros. Daqui provém o que se chama política interna e política externa (MORAES, 1872. p. 24).

Nesse ponto, Mello Moraes ressalta que o conhecimento, especificamente o conhecimento histórico, auxiliaria o político a boas condutas políticas. Por fim o conhecimento rege os procedimentos de um bom governante. Em contrapartida estão os conhecimentos dos eleitores, que em sua maioria, não dialogava com os políticos, não sabiam como votar e se tornavam vulneráveis aos possíveis subornos no momento eleitoral.

Padre Antonio Vieira em seu discurso revela que “o conhecimento do homem é reservado a Deos [...]” (MORAES, 1872. p. 26), desse modo o homem depositava suas escolhas à sabedoria adquirida pelas doutrinas cristões, e eram sujeitos tementes a Deus.

Assim, Mello Moraes diz que o bom ministro (governante) precisa ser imparcial em sua administração. Atitudes governamentais neutras revelam a justiça, virtudes almeçadas pela sociedade. Para o autor, “o verdadeiro ministro de Estado pertence a todos os partidos, porque o seu partido deve ser o da justiça e equidade, que são os fundamentos da boa administração e do bem publico”. (MORAES, 1872. p. 30). Desse modo, uma boa administração prezaria pela justiça em nome do povo, em nome da pátria, na busca de um bem comum.

Considerando que o Brasil foi uma província administrada por Portugal, o país no período colonial tinha uma relevante preocupação em direcionar para governar o Brasil, homens com experiência política. Já no período imperial os representantes portugueses eram recém-saídos das escolas de direitos, sem os conhecimentos e experiência necessários para a condução de um país em formação política. Mello Moraes observa esse fato, de mandar representantes sem solidez, como um traço do descaso de Portugal com o Brasil.

Quando me recordo, meu venerado amigo, do passado do Brasil, e o confronto com os tempos que vamos atravessando, de certa época para cá, vejo que, apesar da má entendida politica da metrópole portugueza, em realação ao Brasil, erão mandados homens experimentados para o governo das nossas capitánias; e hoje são mandados criançolas, sahidos das escolas de direito, sem conhecimentos e nem experiências, paras anarchisar as províncias do Imperio (MORAES, 1872. p. 47).

Para Mello Moraes o Sr. Conselheiro Drumond aponta um governo da mentira, que se caracterizam-se por uma postura que arruína a nação e desfalca os cofres públicos. O conselheiro continua seu discurso sobre um Brasil que foi rico, em riquezas naturais, pedras

preciosas entre ouro e diamantes, e que fomos duramente roubados pelos portugueses, holandeses, franceses e demais estrangeiros que assim chegassem ao Brasil.

Tínhamos riqueza e tínhamos tudo, e me recordo ter lido em memórias antigas, que antes do dia 9 de Maio de 1624, na Bahia, e do dia 16 de Fevereiro de 1630, em Pernambuco, da invasão hollandeza, já erão tão grandes as fortunas em Pernambuco e na Bahia, que as senhoras, mesmo da classe média, se evstião de sedas e telas, e ornavão as cabeças de tantas pedras preciosas, que deslumbraão a vista com o brilho delas; e para corroborar, afirmo que foi com o dinheiro do Brasil que se reedificou a cidade de Lisboa, abatida em quase sua totalidade pelo terremoto do 1º de Novembro de 1755, sem fallar na enorme somma de 63.417 arrobas de ouro, que forão, durante um século, para Portugal, extrahido das nossas minas (MORAES, 1872. p. 49).

A exploração continuou sendo excessiva por muito tempo, os recursos naturais passaram a ser utilizado para pagar dívidas externas, para compor decorações de casas, edifícios religiosos, palácios, secretarias de Estado e até escolas, uma prova do uso indevido do dinheiro público.

Ao passo que se consome immenso dinheiro sem utilidade publica, não temos um edificio para as secretarias de Estado, porque muitas estão funcionando em casa de aluguel. A secretaria das obras publicas, que deveria permanecer em um edificio que ao espectador revelasse o que significa o ministério della, é tal, que confirma o prolóquio popular, que diz – casa de ferreiro, espeto de páo (MORAES, 1872. p. 51).

Nesse sentido, Mello Moraes descreve um momento de salvamento de documentos históricos. O autor consegue evitar que documentos de um antigo cartório fossem queimados, o historiador confirma:

E não há muito tempo que um dos mais antigos cartórios da província do Rio de Janeiro vendeu dezenas de arrobas de autos antigos, para a fabricação de foguetes, e dos quaes eu possuo alguns comprados ao fogueteiro. Não é isto caso para admirar-se, quando o próprio governo mandou para a fabrica de pólvora todos os impressos que existião nos armazéns da typographia nacional; e ao depois mandou pôr em leilão muitos dos outros impressos, indo neste numero a Flora Fluminense, do celebre franciscano brasileiro Fr. J. Mariano da Conceição Velloso, com cujas estampas o estado gastou um milhão de cruzado!

O tabelião do mais antigo cartório do Brasil, o de S. Vicente em S. Paulo, entregou ás chammas, por não achar quem os comprasse, todos os papeis antigos do seu cartório, devorando-se nelles as tradições documentaes do nosso primitivo passado; e se não fosse o empenho patriótico de V. Ex. e o meu, em procurar coleccionar os documentos antigos e modernos da nossa historia, tudo se perderia (MORAES, 1872. p. 52)

Mello Moraes descreve o envolvimento governamental da França, Portugal, Inglaterra e Holanda com a formação do Brasil. Essa discussão colonial sinaliza esse primeiro

momento de formação política do país e na sequência o autor remete-se ao período atual de escrita de sua obra. Revela assim em vários momentos do livro a falta de cuidado com a história do Brasil, desconhecimento dos brasileiros em relação a sua própria história, sendo essa uma grande justificativa de sua escrita.

Como em nosso paiz o que menos se sabe é a nossa historia, por assim convir á escola de direito, que quer viver da falsa política, das posições officiaes e do tesouro publico, e não se importa com o que interessa ao bem comum, [...] Em uma destas memorias, além de muitos assumptos gravíssimos a respeito do Brasil, fazia-se referencia á política estrangeira em relação ao nosso paiz (MORAES, 1872. p. 61).

Ressaltava assim a importância de se conhecer a história do seu país, para assim entender as relações do Brasil com os demais países e por sua vez saber se posicionar como governante. No primeiro momento exigia-se o entendimento da história, apenas dos envolvidos no campo político, pois os mesmos, após a independência do Brasil passaram a representar o país, e desse modo precisavam lutar dialogar pelos interesses comuns do povo. E determinado posicionamento, só seria possível com o domínio dos fatos históricos.

A independência do Brasil precisava de representantes políticos que visualizassem o progresso, desse modo completa Mello Moraes sua indignação sobre os maus governantes:

Um bacharel em direito, que mal conhece a legislação, e que muitas vezes despacha, copiando o que encontra nos manuaes ou modelos, e mesmo que mal sabe escrever, ou um médico inexperiente, que copia os formulários, póde ser ministro da agricultura! (MORAES, 1872. p. 65).

Mello Moraes completa que os políticos brasileiros sofrem forte influência governamental dos representantes políticos de outros países, que ainda permanecem no Brasil.

Em vez de esbanjar-se a fortuna publica, com cousas desnecessárias, e mesmo com avultadas remunerações por serviços pessoas, e com a machina infernal das eleições, cuidasse-se, como preparatório, em uma boa lei de política repressiva e conveniente a acabar coma vagabundagem de tantos vadios, estrangeiros e nacionais, que infestão as nossas cidades e povoados. Se não são uteis ao paiz, rua com elles: vão para a sua pátria, porque não somos obrigados a suportar a escoria das outras nações (MORAES, 1872. p. 65-66).

O Brasil apresentava sua economia totalmente voltada para agricultura, porém não recebia a assistência necessária para aprimorar o cultivo e avançar com a cultura do campo. Com a criação do Banco do Brasil, em 1854, o principal objetivo era proporcionar inicialmente algumas facilidades de créditos para o possível aperfeiçoamento das condições agrícolas no país. Mas os créditos, realizados sem controle e organização necessárias,

acarretaram dívidas dos agricultores com o banco, aos quais tiveram seus bens ameaçados pelas hipotecas em aberto, um verdadeiro caos para país.

Pergunto eu aos nossos economistas e financeiros: isto é favor concedido á lavoura?! Isto não é favor: é a morte do lavrador; é ficar o fazendeiro sem o produto do seu trabalho, e sem a sua propriedade e bens: porque, desacoroçoado, tudo abandona, por não poder pagar o capital e juros dos dinheiros a elle emprestados, visto como, estando os seus bens hypotecados, vencida a primeira letra, todas as mais ficão vencidas, e tudo assim se perde entre nós pela falta de critério, e de conhecimentos práticos sobre administração (MORAES, 1872. p. 67).

Mello Moraes compreende que o país precisa estabelecer o ministério da agricultura, e investir para o aprimoramento no campo da agricultura, já que é a principal base econômica do Brasil. Destaca a Bahia e Pernambuco como as cidades que investem no instituto da agricultura e desenvolvem, mesmo que preliminarmente, um trabalho voltado para essa área.

O nosso paiz fertilíssimo e rico, e o único no mundo onde se comem frutas de todas as qualidades, durante todo o anno, com todos os climas do globo, e que em alguns lugares o terreno offerece ao agricultor 600 por um, cortando por mais de 20.000 rios, sendo uma boa parte delles navegáveis por barcos e canôas, e o mais apropriado para os trabalhos agrícolas, permanece na maxima parte inculto e no abandono, porque o governo, occupado somente com a urna eleitoral, com a guarda nacional, que é flagello dos brasileiros, e com o expediente das repartições, não tem tempo para cuidar seriamente do futuro do Brasil, embora encontre nos créditos supplementares remendos, para os rasgões do orçamento do Imperio, e a bolsa do banqueiro Rotchild, para onerar a nação com novos empréstimos (MORAES, 1872. p. 69-70).

Mello Moraes discute e traz seu olhar sobre a colonização do Brasil pós Independência.

Se o governo, em vez de colonização estrangeira, tivesse voltado as suas vistas para o interior do Brasil, acharia milhares de braços proveitosos nos índios que vagueão nas florestas, aldeando-os nos lugares onde nascerão, e mesmo chamando-os para a nossa sociedade, e estou certo que se os meios que se empregarem forem conveniente, como os que adoptarão os jesuítas, em poucos annos teremos braços para a lavoura, para a marinha de guerra e mercante, para o que são assás aptos e proveitosos, como demonstrou e povou o nosso douto compatriota D. José Joaquim de Azevedo Coutinho, bispo de Pernambuco no seu erudito Ensaio Economico (MORAES, 1872. p. 86).

Modelo ideal de estrutura econômica, para época vivenciada por Mello Moraes.

Se o governo cuidasse do que deve, em vista de tantos recursos que temos, não estaríamos constantemente a pedir dinheiros emprestados ao estrangeiro. Promovão-se os casamentos e se dê garantias aos homens casados, preferindo-os nos empregos públicos, como nos tempos coloniaes, que teremos em poucos annos população para o nosso imenso e opulento território (MORAES, 1872. p. 87).

A má formação e competência dos representantes governamentais do país.

Não temos bons administradores, financeiros, nem estadistas, porque entende o governo, ou desgoverno, que qualquer bacharel em direito, está apto para tudo; e é por este erro de política governamental, que vemos as nossas finanças arruinadas, os nossos negócios internacionais sempre complicados, pela inexperiência e má direção (MORAES, 1872. p. 89).

Os homens de Estado no Brasil, em geral, mostram pobreza de conhecimento na ciência econômica, e derão provas disso no aumento que fizeram na pauta da alfândega, elevando a 40% os direitos de importação, com o fim de obterem um grande aumento, na recente geral do Império (MORAES, 1872. p. 95).

O Brasil em busca de identidade política se espelha e nos governos estrangeiros.

O Brasil, que busca imitar tudo do estrangeiro, devia regular as suas alfândegas, pela alfândegas européas; devia servir-se do bom e proveitoso, e deixar o máo: em lugar de elevar o imposto a 40% sobre todos os produtos, conseguiria melhor resultado, fazendo uma mudança calculada de aumento e diminuição. Pelo modo por que tudo vai, o governo prejudica ao povo, e não chega aos seus fins (MORAES, 1872. p. 96).

O *Brasil Social e Político* (1872) realizou uma comparação sobre a escrita do jesuíta Padre Antônio Vieira e as críticas sobre o Brasil do século XIX, período que Mello Moraes vivenciou como político e historiador. Ambos os autores apresentaram denúncia e críticas em suas escritas históricas, cada uma no seu tempo, mas os apontamentos se assemelhavam no âmbito político e social. A crítica ocorria no fervor dos acontecimentos, caracterizada como jornalística e documentarista. Com seu perfil erudito, seu papel político e de historiador refletia em seus escritos, que por sua vez evidenciava seu conhecimento da história no seu tempo.

A interpretação do livro *O Brasil Social e Político* (1972) desenvolve uma explanação no campo da historiografia. O trabalho se insere nesse contexto, supera a memória do conhecimento histórico, das práticas históricas do Mello Moraes que foi um historiador do século XIX. O autor se destacou por assumir em seus trabalhos o cientificismo em suas narrativas históricas.

Nesse sentido, o esquema a seguir (Quadro 2) expõe os principais temas desenvolvidos, por Mello Moraes no decorrer do desenvolvimento da sua obra. Evidenciando que o autor realizou uma escrita histórica imediatista, pois descreveu acontecimentos vivenciados por sua realidade cotidiana, social e política.

Quadro 2 – Lista das temáticas, cenário político e social

<i>O Brasil Social e Político (1872)</i>	
Temáticas	Discussões
Política	Conceito; Favorecimento político; Relações estrangeiras.
Constituição	Leis.
Religião	Influência da Igreja.
Eleição	Responsabilidade com voto; Voto de Cabresto.
Administração financeira	Investimentos; Desvio de Dinheiro; Fundação do Banco do Brasil; Comércio estrangeiro.
Riquezas Naturais	Ouro; Agricultura.
Processo da Independência	Relação do Portugal com o Brasil.
Profissionalização	Relações de trabalho: Homem X Mulher; Desvalorização.
Escravidão	Movimento do Abolicionista.
Educação	Instituições de ensino e bibliotecas; Conhecimento histórico; Falta de zelo com a história e documentos; Exaltação das fontes.

Fonte: Autoria da Pesquisadora, 2016.

A partir da lista, é possível observar a diversidade de temas que Mello Moraes conseguiu transitar. Com propriedade intelectual o autor desenvolveu a história do seu cotidiano, explorando o cenário político e social, uma história de sua própria época.

O Brasil Social e Político (1872) foi para esta dissertação uma fonte histórica, pois, registra um elenco de situações vivenciadas por Mello Moraes. O livro revela uma cartografia da sociedade e da política, com uma riqueza de detalhe, pois é possível compreender a relação do homem, o historiador e a fonte histórica, o núcleo que faz a história. Mello Moraes tece sua narrativa para além do documento, se posiciona, realiza comparações, desenvolve o debate vendo o conjunto de sua obra.

5 CONSIDERAÇÃO FINAL: uma nova concepção de fontes históricas

A história se faz, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem... faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com fores de campo e com as más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (Lucien Febvre, 1949).

Karnal e Tatsch (2015) afirmam que “o documento é a base para o julgamento histórico” (p. 7), considerando que escrever história vai além da escrita de uma ficção. A história requer provas, busca vestígios de “verdade” e o enredo é construído fundamentado em fontes históricas, é nos documentos que se encontram a base para a escrita histórica. Essa discussão sobre o grau de importância do documento para escrita histórica é incessante e interminável para o historiador, pois é o material sobre o qual construímos a história.

Marc Bloch (2001) ressalta que o objeto da história é por essência o homem, mas só o acessamos por meio da fonte, estamos presos a ela. Sendo assim, o documento por si só fará história, mas o diálogo entre o agente da história e o historiador será responsável em estudar e escrever a história. O homem no seu tempo atuando na sociedade, uma vez que as fontes irão responder as indagações atuais, irão atender as necessidades atuais.

[...] Há, nesse sentido, uma história do sistema solar, na medida em que os astros que o compõem nem sempre foram como os vemos. Ela é da alçada da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou convencido disso, do mais vivo interesse para a física do globo. Ela não pertence à história dos historiadores. Ou, pelo menos, não lhe pertence na medida em que, talvez, suas observações, por algum viés, se reuniram às preocupações específicas da história que nos diz respeito. Como estabelecer, portanto, na prática, a divisão das tarefas? Sem dúvida, para apreender isso, um exemplo é melhor que muitos discursos (BLOCH, 2001. p. 53)

Nesse sentido, compreende-se a necessidade de problematizar as fontes. Questioná-las nos proporciona um leque de possibilidades para trilhar na escrita da história. Certeau (1982) já alertou sobre os caminhos que a historiografia projeta dentro dos procedimentos científicos de cada época:

[...] o real enquanto é o conhecido (aquilo que o historiador estuda, compreende ou "ressuscita" de uma sociedade passada) e o real, enquanto implicado pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido (CERTEAU, 1982, p. 45).

O que é válido como procedimento científico para uma época pode não prevalecer em outra. O "fazer história" questiona as possibilidades de interpretação dos documentos pelo historiador, a capacidade de examinar e interrogar as fontes, passando pela discussão, durante o estudo de determinado objeto, entre o *pensável* (compreensão) e o *vivido* (conhecimento). "Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas" (CERTEAU, 1982, p. 27).

A ciência histórica apresenta dois lados: de um lado o resultado da análise, e do outro lado o seu postulado. Os dois lados não são independentes, um depende do outro para ser compreendido e se desenvolver o discurso escrito. Com efeito, a própria escrita da história defini que "um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado" (CERTEAU, 1982, p. 46).

A história como ciência humana, segundo Certeau (1982), se remete aos dois polos do real: ela é humana, pois tem o homem como objeto e apresenta o homem como intérprete dessa história, resignifica seus interesses, suas indagações e práticas. Ela se inverte, desloca e avança, mantendo sua 'objetividade'.

A interpretação sobre os fatos históricos precisa ter distanciamento crítico sobre o seu objeto humano, entender o homem como agente da história, no seu tempo, em seu contexto, é o papel de historiador. Marc Bloch (2001, p. 55) complementa:

'Ciência dos homens', dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: "dos homens, no tempo". O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair o tempo. [...] o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade.

Whiter (2001) ressalta que, para os teóricos da historiografia, as narrativas históricas e os elementos de interpretação são irredutíveis e inconquistáveis. A interpretação precisa ser realizada pelo historiador, a fim de construir uma reflexão sobre o processo histórico. Desse modo, o registro histórico é, ao mesmo tempo, compacto e difuso. O historiador em suas narrativas acaba por ter mais fatos históricos registrados, pois precisa incluir explicações que

a princípio seria irrelevante, mas no decorrer da construção do texto histórico, a mesma se faz importante para compreensão total da temática em análise.

Uma narrativa histórica é, assim, forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congêrie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa (WHITER, 2001. p. 65).

Segundo Whiter (2001), os teóricos questionam o aspecto interpretativo da história como um problema, remetendo-a a uma explanação ou uma explicação da história.

Admitindo-se que todas as histórias são em certo sentido interpretações, faz-se necessário determinar até que ponto as explicações que os historiadores fazem dos acontecimentos passados podem ser qualificadas de relatos objetivos, se não rigorosamente científicos, da realidade. (Idem, p. 65-66).

Sendo assim, os teóricos da história, buscam estudar os vários tipos de interpretações que a historiografia apresenta dentro da representação epistemológica e a autoridade embutida na explicação, dentro da prática histórica.

[...] O "historiador propriamente dito", costuma-se afirmar, procura explicar o que aconteceu no passado mediante uma reconstrução precisa e minuciosa dos acontecimentos registrados nos documentos. Ele o faz presumivelmente reprimindo até onde for possível seu impulso para interpretar os dados, ou pelo menos indicando, em sua narrativa, onde está apenas representando os fatos e onde os está interpretando. Desse modo, na teoria da história, concebe-se que a explicação é posposta em relação à interpretação, como elementos claramente discerníveis de toda representação histórica "propriamente dita". Na meta-história, em contrapartida, os aspectos explicativos e interpretativos da narrativa tendem a andar juntos e a se confundir de modo a dissolver a sua autoridade de representação de "que aconteceu" no passado ou de explicação válida da razão por que aconteceu como aconteceu. (WHITER, 2001. p.66)

Whiter (2001), afirma que os críticos historiográficos discutem radicalmente sobre as questões da interpretação da história, apresentam que os registros históricos são apenas interpretações, tanto no evento que constitui a narrativa, como nas avaliações do sentido ou significações desse acontecimento, remetem no processo histórico em geral. “[...] os fatos históricos não são de forma alguns “dados” ao historiador, mas, antes, são "constituídos" pelo próprio historiador "por abstração e como que sob a ameaça de uma regressão ao infinito”. ” (Idem, p. 71).

Os fatos históricos não são dados, escolhidos ou apontados ao historiador, e sim construídos no decorrer do estudo dos documentos e escrita da narrativa. O historiador de

posse dos fatos históricos, relevantes para sua análise, deve escolhê-lo, destacá-lo e recortá-lo. Segundo Whiter (2001), “a "história" nunca é apenas a história, mas sempre a "história-para", a história escrita no interesse de algum objetivo ou visão infra científicos” (Idem, p. 71).

O historiador quando explica e interpreta os fatos históricos tem por objetivo a escrita histórica. Uma vez que, para Whiter (2001), a ciência histórica pretende em sua narrativa explicar e ensinar os acontecimentos, sendo o historiador o agente que interpreta o ‘método’ e a estrutura do processo do passado. Por meio do método utilizado durante a análise do documento, o historiador tem segurança de usar, em alguns momentos a dedução, ao qual o autor ‘imaginação construtiva’. Assim ele exemplifica:

O problema do historiador, uma vez estabelecida esta moldura, é preencher as lacunas do registro por meio de uma dedução dos fatos que "devem ter ocorrido", a partir do conhecimento dos fatos que se sabe terem efetivamente ocorrido. Desse modo, por exemplo, se sabemos que César esteve na Gália numa determinada época e em Roma noutra época, podemos inferir legitimamente que ele deve ter ficado entre esses dois locais no intervalo entre essas duas épocas. E a formulação de tais inferências era um exemplo, afirmava ele, da ação daquela "imaginação construtiva" sem a qual nenhuma narrativa histórica poderia ser produzida. (WHITER, 2001. p.76)

Na busca pela explicação do passado, o historiador utiliza paradigmas modelo como deve proceder, qual o caminho da explicação final a perspectiva, quais conceitos se apoia aos autores, um exemplo que serve como modelo. Segundo White (2001), paradigma é “o modelo do que parecerá um conjunto de acontecimentos históricos depois que foram explicados. ” (WHITE, 2001, p. 81). Uma das finalidades de se fazer uso dos paradigmas é substituir uma percepção vaga e imprecisa, por uma narrativa coesa, clara e precisa. O autor também nos remete à singularidade de cada explicação, uma vez que o entendimento de determinado fato histórico difere de historiador para historiador, pois o que possa ser relevante para um, nem sempre despertará a curiosidade do outro. “Uma dada interpretação histórica tem suas origens em fatores puramente pessoais, peculiares a cada historiador.” (Idem, p. 89).

Sendo assim, para Karnal e Tatsch (2015) a fonte se apresenta como pedra fundamental na construção do enredo histórico. Refletir ou questionar o que podemos considerar documento histórico é selecionar qual memória o historiador quer preservar na História. O documento legitima a função do historiador e significa a amplitude de sua busca por vestígios verídicos ou suposições que trazem marcas de verdade. [...] “um documento é tudo aquilo que um determinado momento decidir que é um documento.” (Idem, p. 20), depende dos critérios eleitos para se eleger como tal.

Em suma: o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente. (KARNAL; TATSCH, 2015. p. 12).

Karnal e Tatsch (2015) refletem que não existe um fato histórico eterno, mas que existe um fato que hoje consideramos histórico e que ganha uma importante relevância em determinado estudo. “Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas”. (Idem, p. 13). Sendo assim, a História não apresenta o domínio total do diálogo entre o sujeito e o objeto histórico, pois se trata de uma ciência em constante mudança e que atende aos questionamentos no tempo em estudo.

A visão de uma época determina o valor histórico de um documento. Karnal e Tatsch (2015) afirmam que “o documento existe em relação ao meio social que o conserva.” Sendo assim, existem fatores históricos que tornam o documento mais importante do que outro. Os autores exemplificam:

Um documento com mais dados pode ser mais importante do que um documento com poucos dados. Não estamos pensando que a lista telefônica de uma metrópole seja um documento a rigor mais importante do que uma carta do seu fundador. Estamos dizendo que, num mesmo objeto e recorte, um recibo passageiro do fundador da metrópole é menos importante do que uma longa carta sua explicando os objetivos de fundação daquela que virá a ser uma metrópole. (KARNAL; TATSCH, 2015. p. 21)

Desse modo, para o historiador, o documento ganha importância pela teia social que torna visível e pelo os eventos que revela de uma determinada época e sociedade. Karnal e Tatsch (2001) complementam que “o documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogo entre a subjetividade atual e pretérita.” (Idem, p. 24).

O conceito de documento para História ganhou amplitude, sendo assim a mudança do documento nem sempre implica na mudança do objeto. Karnal e Tatsch (2015) exemplificam ao apontar a temática da estruturação do poder monárquico em Israel e a discussão sobre as práticas sexuais femininas judaicas, ambas terão como fonte central a Bíblia. “A grande diferença reside na leitura distinta do mesmo corpo documental. Muda mais o olhar sobre a fonte do que a fonte em si.” (Idem, p. 16).

Talvez a mudança mais expressiva do documento não esteja num novo objeto, mas num novo estatuto epistemológico da “verdade” (ou do verossímil) no documento. Na visão tradicional de História, um documento falso era considerado nulo para o

exercício da interpretação. Falsidade equivalia, na prática, a nulidade. Da mesma forma, não era considerado útil um documento obviamente fantasioso, mítico ou pouco preocupado com a visão empírica do mundo. (KARNAL; TATSCH, 2015. p. 16)

Para a prática histórica atual, até nos documentos considerados falso e/ou fantasiosos como *Ilíada* ou *Odisséia* de Homero, narrativas consideradas míticas, se apresentam hoje como indispensáveis para análise histórica. Porém Karnal e Tatsch (2015) destacam “por mais que tenhamos evidenciado que documentos “fantasiosos” possam servir para a análise histórica, a busca de autenticidade continua sendo fundamental” (Idem, p. 18). O historiador conjectura com aquilo que lhe chega.

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito. (BLOCH, 2001. p. 60).

Bloch (2001) já nos remete a discussão sobre o presente que aciona o passado, inclusive, longínquo. O autor ressalta que o historiador precisa ver além, olhar o homem, olhar os acontecimentos cronológicos, caso contrário não passará de um mero antiquário. Sendo assim, sua investigação histórica não precisa seguir a linha dos acontecimentos, e sim será guiada pelos vestígios desvendados ao longo das análises das fontes. Podem ser construídas no percurso livre e nem sempre linear. Assim Bloch reconhece que “sem dúvida, falta, e muito, para que a luz dos documentos se faça regularmente mais viva à medida que percorremos o fio das eras.” (BLOCH, 2001, p. 67).

O interesse pelo passado é um traço marcante de Mello Moraes. O intelectual desenvolveu a escrita da história e seu acentuado gosto pelos documentos como hábito que lhe resultou um acervo particular de fontes raras, garantiu ao autor as possibilidades de escrever sobre vários temas, dentre eles a história do Brasil.

Mello Moraes foi estudioso, médico, professor, político, arquivista, documentarista e historiador, passou por todas essas funções, características comuns aos intelectuais da época, além de se envolver em várias atribuições ao longo da vida. Ao mesmo tempo em que desenvolve vários cargos sociais e político, o autor contribui intelectualmente com a escrita da história do Brasil, escrevendo e descrevendo acontecimentos importantes histórica do país. Mello Moraes esperava, através de suas obras, preservar as fontes históricas que tinha acesso,

copiava os documentos, prática que resultou nas acusações de ‘copistas’, plagiador, por não referenciar as fontes do seu texto. Mas ele refutou e provou indicações!

É no século XIX que a história define características profissionais e a mesma vive o período da Escola Metódica – marca do historiador Mello Moraes. Tempo em que a história dispõe de um armazenamento de documentos limitados, a história privilegiava a aplicação de documentos. O papel fundante do historiador era elaborar um inventário dos materiais disponíveis, após procurar, recolher, registrar e classificar operava crítica externa erudita e a crítica interna. A fase da erudição caracteriza-se pela seleção do documento, cuidados com a origem e autenticidade da fonte; o estudo linguístico observando o valor da palavra e o contexto das frases se delimitando a singularidade da língua.

Considerando que a escola metódica despreza as questões colocadas pelo historiador em relação aos estudos de suas fontes históricas, e supervaloriza o apagamento do historiador, que fica anônimo na ‘cópia’ do texto, podemos afirmar que Mello Moraes foi um historiador do seu tempo. Seu modelo de escrita supõe uma teoria do conhecimento, cuja relação entre o sujeito (o historiador) e o objeto (o documento) não são mostradas. Seu paradigma pautado em Von Ranke tratava-se de uma questão de objetividade histórica, qualquer interpretação fora do que relatava os documentos, passava a ser uma atitude anticientífica.

O estudo do livro *O Brasil Social e Político* auxiliou na identificação deste o modelo historiográfico utilizado por Mello Moraes no século XIX. A discussão condutora do livro é social e política, que se interliga à religião, ao conhecimentos dos políticos e do povo se tornando segundo Mello Moraes, a ciências que rege o Estado, projeta o progresso do Brasil em todas as instâncias históricas.

O intelectual Mello Moraes pensou o legado que deixaria para história do Brasil, quando descrevia e/ou ‘copiava’ documentos raros do seu acervo particular, aos quais somente ele tinha acesso de forma exclusiva. Essa prática é sustentada pelo paradigma da época, pois era uma técnica comum, e quando Mello Moraes escrevia seus livros ele tinha como critério de veracidade as informações contidas nos documentos. Mas essa era uma técnica comum, até a consolidação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que estabelecia o método de escrita histórica e realizava a fiscalização das publicações das obras de histórias para que se moldassem no padrão estabelecido do IHGB.

Concluimos que Mello Moraes foi um grande estudioso, desenvolveu sua vida conciliando o trabalho na medicina com o gosto pela história e pelos estudos dos documentos. Seus escritos históricos tinham por objetivo contribuir com construção consciente sobre a

‘real’ História do Brasil, onde o jogo político é destaque desde o processo de colonização até a independência do país.

Sua produção historiográfica ilumina e é iluminada pelos documentos. Seu trabalho nos coloca em contato com o caráter social do conhecimento histórico, dependente de arquivistas, bibliotecários, colecionadores, bibliógrafos, copistas, professores, alunos e leitores. Estudar a divulgação da história a partir das obras de Mello Moraes é conhecer as tentativas de ampliação do acesso aos documentos históricos particulares do autor, considerando que seu principal objetivo era disponibilizar seus arquivos por meio de suas obras. É, sobretudo, conhecer a mentalidade do historiador do século XIX. Considerando os parâmetros da escrita da história de sua época, Mello Moraes foi um historiador por ofício, um documentarista, característica dos historiadores da época.

6 REFERÊNCIAS

AROSTÉGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: EDUSC, 2006 (Col. “História”).

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005^a 2v (Edições do Senado Federal; v.62).

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História I – Princípios e conceitos fundamentais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História II – Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 66-70.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Publicações Europa-América: Fórum da História. 1983.

CATÁLOGO DE FONTES Jornalísticas da Educação Alagoana dos Séculos XIX e XX. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea/catalogo.pdf>. Acesso em 03 de nov. de 2014.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. **Quando um manuscrito torna-se fonte histórica.** As marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. História em Revista, Pelotas, v. 6, pp. 37-58, dez., 2000.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** São Carlos: Edufscar, 2012.

COSTA, Arrisete C. L.. **Historiografia e Hermenêutica: uma interpretação da narrativa microanalítica de *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg.** Maceió: EDUFAL, 2014.

ESPÍNDOLA, Thomas do Bomfim. **Relatório de Instrução Pública e Particulares, Província Alagoana**, 1866. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupospesquisa/cea/obras.html>. Acesso em 15 de nov. de 2014.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX**. Rio de Janeiro: Topio, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1 (1988).

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 155-170.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

KHALED JUNIOR, Salah H. **Horizonte identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MALERBA, Jurandir. **História Cultural**. In: MALERBA, Jurandir. **A História da América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (p. 107-117).

MALERBA, Jurandir.; ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. (Coleção História).

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1995.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do Século XIX**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

MORAES, Alexandre José de Mello. **A Independência e o Império do Brasil**. Fonte Digital: Edições do Senado Federal, vol. 18, Brasília, 2004.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Apontamentos Biográficos do Barão de Cairu**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1863.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Corographia Historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil – Tomo I**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1853.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Corographia Historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil – Tomo II**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1858.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Corographia Historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil – Tomo III**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1859.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Corographia Historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Império do Brasil – Tomo IV**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1860.

MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1871.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Joaquim Marcellino de Brito**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1861.

MORAES, Alexandre José de Mello. **O Brasil Social e Político** ou o que fomos e o que somos. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1872.

MORAES, Alexandre José de Mello. **O Educador da Mocidade Brasileira**. Bahia: Typographia de Epiphanio Pedroza, 1852.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Os Portugueses perante o mundo**. Rio de Janeiro: Typographia Duos de Dezembro, 1856.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Physiologia das Paixões e Afecções: do homem e da mulher – Tomo I**. Rio de Janeiro: Typographia Duos de Dezembro, 1854.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Physiologia das Paixões e Afecções: do homem e da mulher – Tomo II**. Rio de Janeiro: Typographia Duos de Dezembro, 1854.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Physiologia das Paixões e Afecções: do homem e da mulher – Tomo III**. Rio de Janeiro: Typographia Duos de Dezembro, 1855.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **A história da historiografia brasileira e suas evidências**. Ouro Pedro: A história da historiografia, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Esta história que chamam micro**. In: BARCELLOS, César et. Al. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto alegre: Editora universidade/UFRGS, 2000, p. 209 – 234.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, José Carlos. **Teoria e História**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SANT'ANA, Moacir Medeiros. **O Historiador Melo Moraes** (ensaio biobibliográfico). Maceió: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura – Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SANT'ANA, Moacir Medeiros. **Pequena História da Biblioteca Pública Estadual**. Maceió: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura – Arquivo Público de Alagoas, 1965.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **A erudição histórica na história da historiografia brasileira: uma análise da memória acerca da historiografia oitocentista**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ouro Preto: História da Historiografia, 2012. (p. 45-62)

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **Coleção, compilação e erudição na cronografia histórica de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882)**. Caderno de resumo & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectiva. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

TURIM, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WASSERMAN, Cláudia. A historiografia Latino-Americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (org.). **Historiografia contemporânea e perspectiva crítica**. Bauru-SP; EDUSC, 2007. (p. 259-285).

WEHLING, Arno. **A Invenção da História: estudo sobre o historicismo**. Rio de Janeiro, Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WHITER, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Fonte Periódica

Diário de Pernambuco – sabbado 21 de Janeiro de 1860. p. 2

Correio Mercantil – Rio de Janeiro, terça-feira 29 de Outubro de 1861. p. 2

Correio Mercantil – Rio de Janeiro, sexta-feira 17 de Janeiro de 1862. p. 3

Correio Mercantil – Rio de Janeiro, sabbado 18 de Janeiro de 1862. p. 2-3

Correio Mercantil – Rio de Janeiro, segunda-feira 14 de setembro de 1863. p. 2

7 ANEXO

O BRASIL SOCIAL E POLITICO
 OU
O QUE FOMOS E O QUE SOMOS

COM TRECHOS ANALOGOS EXTRAHI DOS DO SERMONARIO DO FAMOSO
 POLITICO

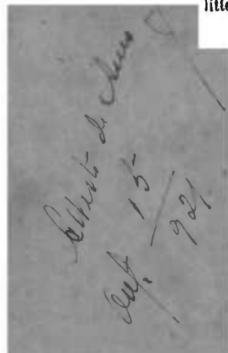
PADRE ANTONIO VIEIRA

PELO

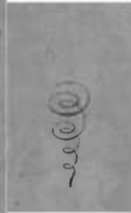
Dr. A. J. de Mello Moraes

(NATURAL DAS ALAGOAS)

Deputado á assembleia geral legislativa, e autor de muitas obras
 litterarias e scientificas.



Eu desta gloria só fico contente
 Que a minha terra ame e a minha gente
 (Ferreira.)



RIO DE JANEIRO

Typographia de—PINHEIRO & C.—Rua Sete de Setembro, 159

—
 1872

O
EDUCADOR
 DA
MOCIDADE BRASILEIRA,
 OU
LIÇÕES EXTRAHIDAS
 DAS
SAGRADAS ESCRIPTURAS,

COORDENADAS

PELO

D^o. ALEXANDRE J. MELLO MORAES,

E APPROVADAS

PELO

Exm. Sr. Arcebispo da Bahia, Metropolitano
 e Primaz do Brasil,

PARA

USO DE LEITURA NO IMPERIO.

Amar a patria, e ao genero humano
 he o primeiro dever do cidadão.

O EDITOR.



BAHIA:

TYPOGRAPHIA DE EPIPHANIO PEDROZA.

Rua dos Capitães n. 49—A.

1852.

PHYSIOLOGIA
DAS
PAIXÕES E AFECÇÕES

PRECEDIDA DE UMA NOÇÃO PHILOSOPHICA GERAL
E POR UM ESTUDO APROFUNDADO E DESCRIPÇÕES ANATOMICAS

DO HOMEM E DA MULHER

SUAS DIFFERENÇAS PHYSIOLÓGICAS, PHYSIONOMICAS, PHILOSOPHICAS
E MORAES, BASEADAS NAS THEORIAS DE
LAVATER, MOREAU, PORTA, LE BRUN, ROUSSEL, VIREY E OUTROS

SEGUIDA DE UMA CLASSIFICAÇÃO METHODICA
DE TODOS OS SENTIMENTOS AFFECTIVOS E MORAES, CONFORME
A FORÇA COM QUE OBRAM NO ESPIRITO, NA IMAGINAÇÃO
E NO CORAÇÃO

PELO

Dr. Mello Moraes (A. J. de)

NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS.



RIO DE JANEIRO

EMP. TYP. — **DOUS DE DEZEMBRO** — DE P. BRITO
IMPRESSOR DA CASA IMPERIAL.

1854.

PHYSIOLOGIA
DAS
PAIXÕES E AFECÇÕES

PRECEDIDA DE UMA NOÇÃO PHILOSOPHICA GERAL
E POR UM ESTUDO APROFUNDADO E DESCRIÇÕES ANATOMICAS

DO HOMEM E DA MULHER

SUAS DIFFERENÇAS PHYSIOLÓGICAS, PHYSIONOMICAS, PHILOSOPHICAS
E MORAES, BASEADAS NAS THEORIAS DE
LAVATER, MOREAU, PORTA, LE BRUN, ROUSSEL, VIREY E OUTROS

SEGUIDA DE UMA CLASSIFICAÇÃO METHODICA
DE TODOS OS SENTIMENTOS AFFECTIVOS E MORAES, CONFORME
A FORÇA COM QUE OBRAM NO ESPIRITO, NA IMAGINAÇÃO
E NO CORAÇÃO

PELO

Dr. Mello Moraes (A. F. de)

NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS. *em 18 de junho de 1834*
a' assembleia geral legislativa pela provincia
de Alagoas - Author de mto obras litterarias
reputadas

TOMO II.

2ª edição

RIO DE JANEIRO

EMP. TYP. — **DOUS DE DEZEMBRO** — DE P. BRITO
IMPRESSOR DA CASA IMPERIAL.

1854.

P 30
7419

PHYSIOLOGIA DAS PAIXÕES E AFFECÇÕES

PRECEDIDA DE UMA NOÇÃO PHILOSOPHICA GERAL
E POR UM ESTUDO APROFUNDADO E DESCRIPÇÕES ANATOMICAS
DO HOMEM E DA MULHER
SUAS DIFFERENÇAS PHYSIOLÓGICAS, PHYSIONOMICAS, PHILOSOPHICAS
E MORAES, BASEADAS NAS THEORIAS DE
LAVATER, MOREAU, PORTA, LE BRUN, ROUSSEL, VIREY E OUTROS
SEGUIDA DE UMA CLASSIFICAÇÃO METHODICA
DE TODOS OS SENTIMENTOS AFFECTIVOS E MORAES, CONFORME
A FORÇA COM QUE OBRAM NO ESPIRITO, NA IMAGINAÇÃO
E NO CORAÇÃO

PELO

Dr. Mello Moraes (A. P. de)

NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS.

*Dr. deputado a camera geral Legislativa e autor
de outras obras litterarias scientificas*



Segunda edição em 20 volumes

RIO DE JANEIRO

EMP. TYP. — **DOUS DE DEZEMBRO** — DE P. BRITO
IMPRESSOR DA CASA IMPERIAL.

1855.

COROGRAPHIA

HISTORICA, CRONOGRAPHICA, GENEALOGICA, NOBILIARIA, E POLITICA

DO

IMPERIO DO BRASIL

CONTENDO

NOÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS, A COMEÇAR DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA
E PARTICULARMENTE DO BRASIL, O TEMPO EM QUE FORÃO POVOADAS AS SUAS DIFERENTES CIDADES,
VILLAS E LUGARES; SEUS GOVERNADORES, E A ORIGEM DAS DIVERSAS FAMILIAS BRASILEIRAS,
E SEUS APPELLIDOS, EXTRAHIDA DE ANTIGOS MANUSCRITOS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS,
QUE EM ÉRAS DIFERENTES SE PODERÃO OBTER:
OS TRATADOS, AS BULLAS, CARTAS REGIAS &C. &C.
A HISTORIA DOS MINISTERIOS, SUA POLITICA, E CORES COM QUE APPARECERÃO;
A HISTORIA DAS ASSEMBLÉAS TEMPORARIA E VITALICIA,
E TAMBEM UMA EXPOSIÇÃO DA HISTORIA DA INDEPENDENCIA,
ESCRITA E COMPROVADA COM DOCUMENTOS INEDITOS, E POR TESTEMUNHAS
OCULARES QUE AINDA RESTÃO, E DOS OUTROS MOVIMENTOS POLITICOS:
DESCRIPÇÃO GEOGRAPHICA, VIAGENS, A HISTORIA DAS MINAS E QUINTO DO OURO &C. &C.
AFIM DE QUE SE TENHA UM CONHECIMENTO EXACTO NÃO SÓ DA GEOGRAPHIA DO BRASIL,
COMO DA SUA HISTORIA CIVIL E POLITICA;

PELO

Dr. Nello Moraes (A. F. de)

(NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS)

AUTOR DE MUITAS OBRAS LITTERARIAS E SCIENTIFICAS

TOMO IV.

Eu desta gloria só fico contente
Que a minha terra ame a minha gente.
(FERREIRA P. L.)



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA BRASILEIRA—EDICTOR J. J. DO PATROCINIO,
Rua das Violas n. 39.

1860.

3

A
918.1
M527
C
1858-63

COROGRAPHIA

HISTORICA, CHRONOGRAPHICA, GENEALOGICA, NOBILIARIA, E POLITICA

DO

IMPERIO DO BRASIL

CONTENDO

NOÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS, A COMEÇAR DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA
E PARTICULARMENTE DO BRASIL, O TEMPO EM QUE FORÃO POVOADAS AS SUAS DIFERENTES CIDADES,
VILLAS E LUGARES; SEUS GOVERNADORES, E A ORIGEM DAS DIVERSAS FAMILIAS BRASILEIRAS E
SEUS APPELLIDOS, EXTRAÍDA DE ANTIGOS MANUSCRITOS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS,
QUE EM ÉRAS DIFERENTES SE PODERÃO OBTER :

OS TRATADOS, AS BULLAS, CARTAS REGIAS &C. &C.
A HISTÓRIA DOS MINISTERIOS, SUA POLITICA, E CORES COM QUE APPARECERÃO;
A HISTÓRIA DAS ASSEMBLEAS TEMPORARIA E VITALICIA,
E TAMBEM UMA EXPOSIÇÃO DA HISTÓRIA DA INDEPENDENCIA,
ESCRITA E COMPROVADA COM DOCUMENTOS INEDITOS E POR TESTEMUNHAS
OCULARES QUE AINDA RESTÃO, E DOS OUTROS MOVIMENTOS POLÍTICOS :
DESCRIPÇÃO GEOGRAPHICA, VIAGENS, A HISTÓRIA DAS MINAS E QUINTO DO OURO &C. &C.
AFIM DE QUE SE TENHA UM CONHECIMENTO EXACTO NÃO SÓ DA GEOGRAPHIA DO BRASIL,
COMO DA SUA HISTÓRIA CIVIL E POLITICA.

PELO

Dr. Mello Moraes (A. J. de)

(NATURAL DA CIDADE DE ALAGOAS)

AUTOR DE MUITAS OBRAS LITTERARIAS E SCIENTIFICAS

COMC. 4.

Eu de sta gloria só fico contente
Que a minha terra ame e a minha gente.
(FERREIRA P. L.)



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA AMERICANA DE JOSÉ SOARES DE PINHO,
Rua da Alfandega n. 197.

1858.

A
218.1
M527
C
1858-63

3

COROGRAPHIA

HISTORICA, CHRONOGRAPHICA, GENEALOGICA, NOBILIARIA, E POLITICA.

DO

IMPERIO DO BRASIL

CONTENDO:

NOÇÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS, A COMEÇAR DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA
E PARTICULARMENTE DO BRASIL, O TEMPO EM QUE FORÃO POVOADAS AS SUAS DIFERENTES CIDADES,
VILLAS E LUGARES; SEUS GOVERNADORES, E A ORIGEM DAS DIVERSAS FAMILIAS BRASILEIRAS E
SEUS APPELLIDOS, EXTRAHIDA DE ANTIGOS MANUSCRITOS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS,
QUE EM ÉRAS DIFERENTES SE PODERÃO OBTER:
OS TRATADOS, AS BULLAS, CARTAS REGIAS &C. &C.
A HISTORIA DOS MINISTERIOS, SUA POLITICA, E CORES COM QUE APARECERÃO;
A HISTORIA DAS ASSEMBLÉAS TEMPORARIA E VITALICIA,
E TAMBÉM UMA EXPOSIÇÃO DA HISTORIA DA INDEPENDENCIA,
ESCRITA E COMPROVADA COM DOCUMENTOS INEDITOS E POR TESTEMUNHAS
OCULARES QUE AINDA RESTÃO, E DOS OUTROS MOVIMENTOS POLÍTICOS:
DESCRIPÇÃO GEOGRAPHICA, VIAGENS, A HISTORIA DAS MINAS E QUINTO DO OURO &C. &C.
ATÉM DE QUE SE TENHA UM CONHECIMENTO EXACTO NÃO SÓ DA GEOGRAPHIA DO BRASIL,
COMO DA SUA HISTORIA CIVIL E POLITICA;

PELO

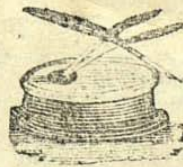
Dr. Melchior Thomaz (A. J. de)

(NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS)

AUTOR DE MUITAS OBRAS LITTERARIAS E SCIENTIFICAS

TOMO III.

Eu desta gloria só fico contente
Que a minha terra ame e a minha gente.
FERREIRA P. L.



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA BRASILEIRA—EDITOR J. J. LO PATROCINIO,
Rua das Violas n. 39

1859.

A
9 13. 1
M 5 27
1858-63

COROGRAPHIA

HISTORICA, CHRONOGRAPHICA, GENEALOGICA, NOBILIARIA, E POLITICA

DO

IMPERIO DO BRASIL

CONTENDO

NOÇÕES HISTORICAS E POLITICAS, A COMEÇAR DO DESCODRIMENTO DA AMERICA
E PARTICULARMENTE DO BRASIL, O TEMPO EM QUE FORÃO POVOADAS AS SUAS DIFERENTES CIDADES
VILLAS E LUGARES; SEUS GOVERNADORES, LA ORIGEM DAS DIVERSAS FAMILIAS BRASILEIRAS,
E SEUS APPELLIDOS, EXTRAIDA DE ANTIGOS MANUSCRITOS HISTORICOS E GENEALOGICOS,
QUE EM LUGAR DIFERENTES SE PODERÃO OBTIR:
OS TRATADOS, AS BULLAS, CARTAS REAIS &c. &c.
A HISTORIA DOS MINISTERIOS, SUA POLITICA, E CORES COM QUE APPARECERÃO:
A HISTORIA DAS ASSEMBLEAS TEMPORARIA E VITALICIA,
E TAMBEM UNA EXPOZIÇÃO DA HISTORIA DA INDEPENDENCIA,
ESCRITA E COMPROVADA COM DOCUMENTOS INEDITOS, E POR TESTEMUNHAS
OCULARES QUE AJINDA RESTÃO, E DOS OUTROS MOVIMENTOS POLITICOS:
DESCRIPÇÃO GEOGRAPHICA, VIAGENS, A HISTORIA DAS MINAS E QUINTO DO OURO &c. &c.
AFIM DE QUE SE TENHA UM CONHECIMENTO EXACTO NÃO SÓ DA GEOGRAPHIA DO BRASIL,
COMO DA SUA HISTORIA CIVIL E POLITICA;

PELO

Dr. Manoel de Almeida (A. J. de)

(NATURAL DA CIDADE DAS ALGODAS)
AUTOR DE MUITAS OBRAS LITTERARIAS E SCIENTIFICAS

TOMO I.

SEGUNDA PARTE.

Eu desta gloria só fico contente
Que a minha terra ame e a minha gente.
(FERREIRA R. L.)



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA BRASILEIRA—EDICTOR J. J. DO PATROCÍNIO,
Rua do Solão n. 125.

1963.

A
918.1
M524
c
1858-6

BIOGRAPHIA

DO

EXM. CONSELHEIRO

JOAQUIM MARCELLINO DE BRITO

ESCRITA

PELO

Dr. Nello Moraes (A. T. de)



LSJ
A
923.281
B862m
b
1861

RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA BRASILEIRA—EDITOR J. J. DO PATROCÍNIO,
RUA DAS VIOLAS N. 39.

1861.

212 498

APONTAMENTOS BIOGRAPHICOS

DO

BARÃO DE CAYRÚ

EX-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS,
E MINISTO PLENIPOTENCIARIO NO CASAMENTO DE S. M. O IMPERADOR
O SENHOR D. PEDRO II, E A HISTORIA CIRCUMSTANCIADA
DO MENCIONADO CASAMENTO

PELO

Dr. Heello Moraes (A. J. de)

(NATURAL DA CIDADE DAS ALAGÓAS)



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA BRASILEIRA—EDICTOR J. J. DO PATROCÍNIO,
Rua do Sabão n. 125.

1863.

OS
PORTUGUEZES
PERANTE O MUNDO

APRESENTADOS PELO

Dr. Mello Moraes (A. S. de)

(NATURAL DA CIDADE DAS ALAGOAS)

**Author de muitas obras litterarias
e scientificas.**

Portugal foi tão grande, que teve por
limites os confins da terra!

(DO AUTHOR).

VOLUME PRIMEIRO.



RIO DE JANEIRO

EMPRESA TYPOG. (EM LIQUIDAÇÃO) DOUS DE DEZEMBRO

64—PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO—64

1856.

HISTORIA

DO

BRASIL-REINO E BRASIL IMPERIO

COMPREHENDENDO :

A HISTORIA CIRCUMSTANCIADA DOS MINISTERIOS, PELA ORDEM CHRONOLOGICA DOS GABINETES MINISTERIAES, SEUS PROGRAMMAS, REVOLUÇÕES POLITICAS QUE SE DERÃO, E CORES COM QUE APPARECERÃO, DESDE O DIA 10 DE MARÇO DE 1808 ATÉ 1871 ; A DA CONQUISTA DE CAVENNA, DA INDEPENDENCIA DO BRASIL, E DAS CONSTITUIÇÕES POLITICAS, DESDE 1789 ATÉ 1834 ; E ACOMPANHADA : DA LISTA NOMINAL, E POR SUCCESSÃO, DOS SENADORES, DESDE A CREAÇÃO DO SENADO, EM 22 DE JANEIRO DE 1826, ATÉ O PRESENTE; DA DOS DEPUTADOS, DESDE 1823 ATÉ Á ULTIMA LEGISLATURA DE 1869; E DA DO CONSELHO DE ESTADO, CREADO POR DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 1821, PARA A REGENCIA DO BRASIL, ATÉ 1871.

PELO

Dr. Mello Moraes (A. J. de)

(Natural da cidade das Alagoas)

Deputado á Assembléa Geral Legislativa pela provincia das Alagoas, e autor de muitas obras litterarias e scientificas

En esta gloria só fico contente
Que á minha terra ame e á minha gente.
FERREIRA (P. Lusitano)

TOMO I



RIO DE JANEIRO

TYP. DE PINHEIRO & C. RUA SETE DE SETEMBRO N. 159

1871



*my library
Ba. fac.*

